

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 19/03/2018.

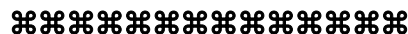
Mandato de 2017/2021
Ata nº 10

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 1. Sr. João Carlos Gomes Sousa** – pedido de informações sobre o processo de construção n.º 446/17
- 2. Sr. Alberto Nuno Carreira Alexandre** – pedido de informações sobre o processo de construção n.º 446/17
- 3. Sr. Joaquim Carreira Gomes Grilo** – alcatroamento em 150mts da estrada das matas que liga o Largo do Pilado com a estrada Marinha Grande/Vieira de Leiria
- 4. Sr. Ricardo José Germano Domingues** – emissão da licença de construção para o proc.º 565/2017.
- 5. Sr.^a Anabela da Silva Martins** – canídeo que reside no apartamento por cima do seu e descontentamento com a colocação do monumento por causa dos incêndios.
- 6. Sr. João E. Cruz** – alteração e reabilitação paisagística da parte norte do Cemitério Municipal da Marinha Grande.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

CÂMARA

1. Aprovação da ata n.º 5, da reunião extraordinária do dia 9 de fevereiro de 2018
2. Aprovação da ata n.º 6, da reunião ordinária do dia 20 de fevereiro de 2018
3. Aprovação da ata n.º 7, da reunião extraordinária do dia 23 de fevereiro de 2018
4. Aprovação da ata n.º 8, da reunião extraordinária do dia 27 de fevereiro de 2018

OBRAS PÚBLICAS

5. CP 05/2018 - Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita. Ratificação de despacho.
- 6.a CP 06/2018 - Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria. Ratificação de despacho n.º 63/2018.
- 6.b CP 06/2018 - Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria. Ratificação de despacho n.º 73/2018.
7. Requalificação da EB Guilherme Stephens – Concurso Público N.º 16/2017 - Aprovação de trabalhos de suprimento de omissões.
8. “Instalação de creche para 84 crianças no edifício da Ivima – Concurso Público n.º 17/2017” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

9. 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 - Ratificação do Despacho n.º 64/2018
10. 6.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018
11. Resumo de Tesouraria do dia 13 de março de 2018

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

12. Autorização para pagamento de taxas em prestações

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

13. Req.º nº 350/18, datado de 20/02/2018 - Proc.º n.º 523/16, datado de 27/12/2016 - Flávio Filipe Santos Silva e Nilza Francisca Rodrigues dos Santos Silva
14. Req.º nº 420/18, datado de 01/03/2018 - Proc.º n.º 241/16, datado de 22/06/2016 - HABIVERÍSSIMO - Imobiliária e Construção, Lda.
15. Req.º nº 358/18, datado de 21/02/2018 - Proc.º n.º 17/17, datado de 19/01/2017 - ICEBEL - Comércio de Máquinas e Desenvolvimento Industrial Lda.,
16. Req. N. 378/18, datado de 23/02/2018 – PC N.º 62/18, datado de 23/02/2018 – Etelvina Mouco Denis Gomes Fonte
17. Req. N. 2160/17, datado de 19/12/2017 – PC N.º 562/17, datado de 19/12/2017 – VIDREXPORT Produção de Vidro Lda
18. Req.º nº 228/18, datado de 07/02/2018 - Proc.º n.º 440/17, datado de 28/09/2017 - Maria Delfina Pereira Natário Farto
19. Req.º nº 365/18, datado de 21/02/2018 - Proc.º n.º 281/17, datado de 05/07/2017 - DUMARGEST - Sociedade Imobiliária, Lda.
20. Req.º nº 355/18, datado de 20/02/2018 - Proc.º n.º 153/15, datado de 07/05/2015 - Anabela Pereira Coelho

- 21. Req.º nº 473/18, datado de 08/03/2018 - Proc.º nº 245/17, datado de 14/06/2017 - Albertino Alves Monteiro e Maria do Carmo de Freitas Cardoso
- 22. Req.º nº 230/18, datado de 07/02/2018 - Proc.º nº 253/15, datado de 28/07/2015 - Tecnifreza - Indústria de Moldes, SA
- 23. Req.º nº 292/18, datado de 16/02/2018 - Proc.º nº 415/17, datado de 14/09/2017 - Rodrigo de Sá Ferreira Neto e Nádia Filipa Martins Silva
- 24. Req.º nº 431/18, datado de 01/03/2018 - Proc.º nº 336/14, datado de 03/10/2014 - Cidália Liberato dos Santos e Joel António Gomes Ribeiro
- 25. Req.º nº 394/18, datado de 27/02/2018 - Proc.º nº 66/18, datado de 27/02/2018 - Martina Maria Greiner Achtermann e Stefanie Tewes
- 26. Req.º nº 489/18, datado de 09/03/2018 - Proc.º nº 50/17, datado de 13/02/2017 - Carlos Alberto Sobreira Nunes
- 27. Req.º nº 490/18, datado de 09/03/2018 - Proc.º nº 51/17, datado de 13/02/2017 - Inácio da Conceição Sobreira Nunes
- 28. Req.º nº 467/18, datado de 07/03/2018 - Proc.º nº 84/18, datado de 07/03/2018 - Carlos Marques Martins
- 29. Req.º nº 143/18, datado de 24/01/2018 - Proc.º nº 68/2018, datado de 24/2018 - Idalina Martins André - Cabeça de Casal da Herança
- 30. E/11291/2017 - Imóvel degradado em risco de segurança - Rua das Amoreiras - S. Pedro de Moel
- 31. Req.º nº 1915/17, datado de 09/11/2017 - Proc.º nº 92/01, datado de 31/01/2001 - URBIFIX - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias Lda.
- 32. Req.º nº 60/18, datado de 11/01/2018 - Proc.º nº 38/2018, datado de 1/01/2018 - Márcio Leandro Franco Lavos
- 33. Req.º 187/18, datado de 07/02/2018 - PC 81/2018, datado de 07/02/2018 - Cláudio Miguel Mendonça Paour
- 34. E/1095/2018 -Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

- 35. Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel – Buraco no pavimento - Rua dos Bentos, Amieira/Pero Neto - Requerente: Bruno Eugénio Amaral Rocha – Apreciação – Proposta de indeferimento – Audiência prévia.

AÇÃO SOCIAL

- 36. Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande. Início do procedimento.
- 37. Habitação social - Resolução de contrato de arrendamento - Falta de uso do locado e falta de pagamento das rendas - Bairro do Camarnal Velho, casa 29, Camarnal - Maria Júlia Conceição Lisboa
- 38. Atribuição de arrendamento da fração correspondente ao 3.º direito do bloco 3, sito na Rua Professor Melo Vieira, Casal de Malta, à candidata Susana Margarida Caetano Dias.
- 39. Atualização bienal de rendas de habitação social para entrada em vigor a partir de maio do corrente ano.
- 40. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Susana Catarina Ascenso Suordem, inquilina residente na fração correspondente ao 4.º frente direito do bloco I, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

41. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Maria José Fernandes Carvalho Teixeira, inquilina residente na Rua Júlio Braga Barros, blc 5 - 3º b, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento e composição do agregado familiar.
42. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Emília Maria Corado Figueiredo, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 7 - 3º esq, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.
43. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Regina Ferreira Martins, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 2 - r/c dtº, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA

44. Ratificação do Despacho n.º 67/2018 – Cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 13 de março à Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande
45. Admissão de candidaturas a apoios a entidades de natureza social – Sport Operário Marinhense - Concerto comemorativo do 25 de Abril “Cantar Abril”

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

46. Admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Associação Portuguesa de Deficientes - “Desporto para todos”
47. Admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Clube Desportivo Moitense - 68º Circuito de ciclismo da Moita
48. Exclusão de candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande para apoio à atividade “Convívio de benjamins” – Audiência prévia
49. Exclusão de candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande para apoio à atividade “1º Meeting de lançamentos cidade de cristal” – Audiência prévia
50. Exclusão de candidatura do Grupo Desportivo Casa Águia Competição para apoio à participação em provas de pesca desportiva – Audiência prévia
51. Autorização de cedência e utilização de veículos de transporte coletivo de passageiros do Município da Marinha Grande e respetiva participação



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. **Sr. João Carlos Gomes Sousa**, que se inscreveu para pedir informações sobre o processo de construção n.º 446/17.

Referiu que este processo deu entrada em outubro de 2017 e que ficou parado até fevereiro de 2018, altura em que teve o primeiro atendimento com o arquiteto. Nesse atendimento foi-lhe dito que só havia um problema com o pátio. Mais tarde disseram-lhe que estavam à espera de um parecer dos serviços municipalizados, devido ao facto de ser uma construção de 6 apartamentos, o que não é verdade porque não são construções novas mas apenas reabilitação. Enviou uma carta à Sr.ª Presidente, em 07/03/2018 (registo E/2374/2018), em que requeria o urgente deferimento do processo de licenciamento. No dia 15/03/2018 foi ele próprio que telefonou à Proteção Civil a pedir para irem ao local mas não foram. Só lá foram às 16 horas do dia 16/03/2018.

Nesse dia, de manhã, tinha feito queixa no livro de reclamações, e a partir desse momento todos os técnicos se deslocaram ao prédio e encerraram a via, com base num parecer que diz que há obras não licenciadas.

Seguidamente exibiu fotos de prédios degradados em toda a cidade, em que nada se faz, mas na sexta-feira, para este prédio, a Câmara conseguiu chamar uma série de técnicos, o seu advogado e a arquiteta. Só não o chamaram a si.

2. Sr. Alberto Nuno Carreira Alexandre, representante da empresa interessada no mesmo processo de construção n.º 446/17, que disse não compreender o atraso nas respostas, tanto mais que este prédio está na zona histórica, onde a Câmara já tomou algumas medidas.

3. Sr. Joaquim Carreira Gomes Grilo, que, na sequência da sua anterior intervenção na reunião pública de novembro/2017, e depois de ter falado com o Sr. Vereador Carlos Caetano, pretende saber para quando está previsto o concurso para o alcatroamento dos 150mts da estrada das matas que liga o Largo do Pilado com a estrada Marinha Grande/Vieira de Leiria. Chamou ainda a atenção para a colocação das placas direcionais.

4. Sr. Ricardo José Germano Domingues, que pretende saber quando será emitida a licença de construção para o proc.º 565/2017 (habitação). Espera não ter que fazer o mesmo que fez com a construção da sua empresa, que acabou por instalar noutro concelho, devido à demora no licenciamento.

5. Sr.ª Anabela da Silva Martins, que se inscreveu para falar sobre o canídeo que reside no apartamento por cima do seu e para manifestar o seu descontentamento com a colocação do monumento por causa dos incêndios.

A município não compareceu.

6. Sr. João E. Cruz, que apresentou o seu projeto para a alteração e reabilitação paisagística da parte norte do Cemitério Municipal da Marinha Grande, que visa servir melhor os cidadãos e tornar o espaço público mais agradável para o convívio social de todos. Terminou a intervenção distribuindo uma cópia do projeto a cada uma das forças políticas representadas no executivo.

A **Sr.ª Presidente** passou a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano para responder às questões relacionadas com as suas áreas.

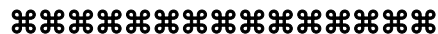
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** cumprimentou todos os presentes e respondeu o seguinte:

- Sr. João Sousa e Sr. Alberto Carreira – infelizmente esta demora na apreciação do projeto não é caso único. Não há nenhum tipo de “perseguição” ao projeto em causa, antes pelo contrário, considera que é bom e a Câmara tem interesse em que se conclua. Lembra-se de ter falado com o Sr. João Sousa no início do mês, foi ver o processo e não encontrou o seu nome naquele processo porque o dono da obra é outro, e só mais tarde, na sexta-feira, é que percebeu a relação e o interesse no mesmo. Aqui parece-lhe que só houve um desencontro na informação em relação à legitimidade em obter informações.

O outro problema é a estabilidade do edifício, que agora lhes pertence. Uma coisa é o projeto, outra é quem tem a responsabilidade de o manter e garantir a estabilidade do edifício.

Concluiu, dizendo que a Câmara tem interesse neste projeto, que é bom, vai agilizar o processo, assim como outros que aqui estão, mas por outro lado há a questão de resolver o problema da estabilidade.

- Sr. Joaquim Grilo – abordou duas questões: o pedaço de rua que está por fazer (150 mts) e o repensar do cruzamento. Foi ao local, e depois, no dia 27/11/2017, fez um despacho para o ajuste direto da obra. Em dezembro já não foi possível arranjar uma empresa para a obra. Em 2018, no dia 18 de janeiro, voltou-se a lançar o procedimento, e a empresa que iria fazer a obra vem dizer que já não a pode fazer pelo mesmo preço. Como o valor ficou muito alto, entendeu-se consultar mais empresas, contudo a verba continua garantida.
- Sr. Ricardo Domingues – o seu processo é de 20/12/2017, ficou pronto hoje e virá à próxima reunião, havendo apenas uma pequena coisa, de que já foi notificado para vir corrigir.
- Sr. João Cruz – não colocou questões, tendo feito antes uma sugestão, e como parece que já tem um projeto feito, agradece que o faça chegar.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.^a Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** cumprimentou todos, deixando um cumprimento especial a todos os pais, neste dia que lhes é dedicado, e informou o seguinte:

- No dia 15/03/2018 não se realizou o Conselho Municipal da Juventude porque só duas forças políticas indicaram os seus representantes, pelo que pediu a colaboração de todos, para que se possa agendar nova reunião.
Após a intervenção da Sr.^a Vereadora Célia Guerra, os **Srs. Vereadores do MpM** referiram que o seu representante tinha sido indicado, o que foi confirmado pela Sr.^a Vereadora.

A **Sr.^a Vereadora Ana Alves Monteiro** cumprimentou todos os presentes e os que seguem esta reunião em casa, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. Municípios

*Comentei as intervenções dos **Senhores João Carlos Gomes Sousa e Alberto Nuno Carreira Alexandre**, referentes ao atraso na análise do pedido de licenciamento sobre o processo de construção n.º 446/17. Referi que é muito desagradável que um cidadão chegue ao limite de mandar uma comunicação para a Câmara a referir que o assunto poderá passar por avançar com uma intimação judicial para ver o processo resolvido. Comentei ainda três aspectos referidos pelos munícipes em apreço, designadamente: o questionamento sobre as razões porque foram necessários pareceres sobre os esgotos (se isto acontece noutros processos?), sobre o relatório da protecção civil (posto em causa pelo Sr. João Carlos) e sobre o estado de outros edifícios na cidade que também estão num estado de degradação e não são objecto do mesmo tipo de intervenção.*

Questionei ainda sobre o facto de se tratar de um edifício localizado na zona objecto do PEDU, isto é, tendo por base a informação que já falámos sobre o levantamento dos prédios e do estado de degradação dos edifícios, ainda não foram definidas medidas de intervenção nesta zona é algo inaceitável. Já devíamos ter criado condições favorecedoras à intervenção na área perímetro da ARU se, de facto, pretendemos ver esta intervenção realizada (ela implica investimento público mas também privado, há que criar condições que estimulem a esta intervenção, o que não tem sucedido).

2. Voto de reconhecimento pela participação de Adriana Tavares no Encontro Europeu sobre Pedagogia Escutista, Formação e Aprendizagens Escutistas e Método Escutista.

Referi que é um grande orgulho para os marinhenses ver representado o Município, com a presença de Adriana Tavares, no Encontro Europeu sobre Pedagogia Escutista, Formação e Aprendizagens Escutistas e Método Escutista, em Dublin (Irlanda). Aqui registamos uma palavra de reconhecimento pelo trabalho e empenho do Agrupamento de Escuteiros no concelho da Marinha Grande, na pessoa do seu dirigente Pedro Bernardo Sousa.

3. Summercaravel. LDA

Solicitei esclarecimentos quanto ao problema colocado, por email, pela Summercaravel. LDA, na pessoa do seu gerente Hugo Argel o qual passo a transcrever: “Na qualidade de munícipe e sócio gerente de um estabelecimento comercial, situado na Praia da Vieira, Avenida Marginal, venho desta forma informar que o meu estabelecimento, está em risco de ser levado pelo mar, derivado às condições meteorológicas que se andam a registar e pela falta de barreira/areia que se anda a verificar. Solicito o que sejam feitas as devidas diligências no sentido de prevenir que esta seja danificada ou fique em risco de queda, devido à forte agitação marítima prevista para os próximos dias, uma vez que já há dois anos tal aconteceu, ficando com um elevado prejuízo, para reconstrução da mesma”.

4. Rua com água - Problema apresentado por Luís Mendes

Solicitei esclarecimentos quanto ao problema colocado, por email, pelo Sr. Luís Mendes quando ao estado da sua Rua (degradação do pavimento e aglutinação de água – problema do escoamento de águas).”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes bem como os que assistem em casa, agradeceu as intervenções dos munícipes e os seus alertas, lamentando a ausência de respostas por parte da Câmara, e, tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

- Parabenizar os atletas do Judo Clube da Marinha Grande pelos resultados alcançados nos Campeonatos Nacionais de Juniores e Veteranos, em Coimbra:

- Eric Domingues que é tri-campeão nacional na sua categoria de – 66 kg, medalha de ouro;*
- Bruno Ribeiro – medalha de prata;*
- Joana Rocha – medalha de bronze;*

- Parabenizar os atletas do Desportivo Náutico que mantiveram o Clube na 1ª Divisão, nas provas ocorridas nas Caldas da Rainha neste fim de semana;

- Parabenizar a equipa de Patinagem de Velocidade da Guilherme Stephens – colectivamente venceram todas as provas; individualmente a atleta Maria João Legoinha, ficou em 2º lugar; Alice Mendes, nos escalões mais jovens, ficou em 1º lugar no Torneio de Formação para os escalões mais jovens.

- Reforço os parabéns ao atleta do Clube de Atletismo da Marinha Grande – David Pereira – que estabeleceu um novo record distrital no Lançamento do Peso, e para o Miguel Pereira, infantil que conquistou o 2º lugar nos 60 metros barreiras, e João Gonçalves, iniciado, que conquistou o 2º lugar no salto em altura e o 3º no lançamento;

- Parabenizar, também, mais um Torneio Nacional de Ténis de Mesa, com a magnífica organização da Sociedade de Beneficência 1º de Janeiro, que foi mais um sucesso e mais uma forma de divulgação do nosso Concelho que muito nos deve orgulhar. Merece todo o apoio que a Câmara possa dar a esta modalidade e à Colectividade organizadora. O atleta infantil Gustavo Gomes trouxe para a Marinha Grande um 2º Lugar na sua categoria. Parabéns!

- Parabenizo a Comissão Popular O Pinhal é Nosso pela entrega, na semana passada (mais concretamente no dia 15 de Março, 5 meses após os incêndios), da Petição Pública subscrita por mais de 6500 pessoas, exigindo o que sempre tem vindo a exigir, desde a primeira hora: entre outros, o reforço de meios para o ICNF; verbas resultantes da venda de Madeira alocadas à reflorestação do Pinhal, limpeza imediata das áreas não ardidas, reativação do corpo de Guardas Florestais, reforço de meios para os Bombeiros e forças de segurança!

A Petição foi mais um dos meios encontrado pela Comissão para obrigar o Parlamento a discutir o assunto! Isto sim, é colocar o Pinhal na agenda política! Fotos, acções isoladas, mediáticas é certo, mas que se esgotam no momento, não me parece dever ser o caminho! Para além da entrega da Petição, a Comissão reuniu também com alguns Grupos Parlamentares, reuniões essas que continuarão no dia 21 e que servem para levar a voz do Pinhal do Rei aos diversos Partidos Políticos com assento na AR.

MEMORIAL – assunto que não posso deixar de abordar! A verba está inscrita em orçamento. De facto falou-se na obra aqui, numa reunião informal havida entre todos. A ideia com que fiquei foi que esse tema viria novamente a discussão, até porque carecia de adjudicação e portanto de deliberação específica da Câmara, aqui, em reunião! Ora tal deliberação não foi tomada em reunião de Câmara! E a verdade é que a verba em orçamento inicialmente destinada a esta obra já lá não se encontra na sua totalidade. Nós retirámos para reforçar outra verba. Mais uma razão que me leva a crer que esse assunto ainda teria que ser novamente discutido entre todos. Aliás, o vereador Aurélio até sugeriu que se fizesse uma avaliação da obra de arte em si... para termos ideia de valores!

De qualquer forma, independentemente de tudo, há uma opinião que nos chegou por parte da nossa população que não podemos nem devemos ignorar! E a população, em número muito expressivo, é manifestamente CONTRA este Memorial aos Incêndios!! Para mim, para nós, vereadoras da CDU, o facto da população se ter manifestado desta forma tão expressiva contra a instalação deste Memorial, é suficiente para nos fazer tomar a decisão de votar contra a sua instalação. Apliquemos os mais de 200 mil euros destinados a esta Obra, noutras obras bem mais necessárias! Saneamento, arruamentos, pavimentação, obras em escolas, etc...

- Relativamente às questões do nosso Centro de Saúde e respectivas extensões, preocupa-me muito este andar “de cavalo para burro”! Parece-me que a Autarquia e a população não se estão a fazer ouvir ou, de facto, quem manda, está a fazer “ouvidos de mercador”!

O “Alerta à População” emitido pela Comissão de Utentes em Defesa do SAP 24 horas é, deveras, preocupante. É que o SAP encerrou no horário nocturno das 20h às 8h da manhã! Sendo que há largas semanas já estava encerrado das 8h às 20h!

A resposta às exigências dos utentes, que se manifestaram efusivamente quer junto ao Centro de Saúde da Marinha Grande quer na sua extensão em Vieira de Leiria, foi esta? Parece-nos que o Governo está mesmo a fazer ouvidos de mercador à população da Marinha! Isto já parece que estão é a gozar connosco!

Srª Presidente, temo bem que a população vá endurecer a luta!

Não me parece haver outro caminho! Até porque, segundo li, só foi aberto concurso nacional para a colocação de seis médicos para os vários concelhos – Marinha Grande, Pombal, Porto de Mós, etc...

Foram pedidos muitos mais, mas o Governo considerou que seis chegariam para todos estes concelhos.

Não sei como vão ser distribuídos!

Nós precisamos, no mínimo, de 4!

E depois sobram 2 para os outros concelhos todos?

Sei que vai haver uma reunião amanhã entre a Comissão de Utes, a Câmara, o ACES e a ARS e pedia à Srª Presidente que levasse a essa reunião esta preocupação das vereadoras da CDU, que presumo seja também da Srª Presidente e dos restantes vereadores!

- Circula na internet um vídeo que, aparentemente, demonstra o despejo de lixo no Rio Lis. Quero saber se a Srª Presidente ou algum dos srs. Vereadores do Executivo Permanente tomou conhecimento e se mandou investigar ou se reportou a situação às autoridades competentes;

- Coloco também a questão colocada por alguns munícipes que tem a ver com o perigo de queda eminente de árvores para as estradas, nomeadamente, entre o Império Romano e a Escoura, com pinheiros que representam perigo para os utentes da via! Por outro lado, junto á antiga ETAR, aquilo é um matagal autêntico, com árvores tombadas para a estrada!

- Temos sido alertados para sucessivos cortes de iluminação pública! Foi em S. Pedro, depois Comeira, a semana passada Vieira de Leiria. O que se passa com a EDP? A Câmara não tem pago as facturas? Se sim, porque sucede isto permanentemente?

- Queria saber como está a andar a questão dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução a celebrar com as Juntas de Freguesia. O prazo aproxima-se do seu término, as Juntas precisam de trabalhar, os fregueses precisam que as Juntas trabalhem e continuem a trabalhar na resolução das suas necessidades e portanto parece-me um assunto urgente. Meios para as Juntas, Srª Presidente! Demos-lhes meios, porque as Juntas de Freguesia estão muito próximas das populações e são essenciais à resolução de muitos dos seus problemas.

- Queria também referir-me ao artigo que os vereadores do MPM escreveram para o Jornal da Marinha Grande. Referem que todos os vereadores “têm legitimidade para ver propostas deles a serem discutidas na Câmara Municipal, como seja as três propostas que apresentámos para os regulamentos de apoio ao associativismo, cultural e recreativo, desportivo e para a área social.” Fim de citação. Eu não recebi qualquer proposta concreta nestas matérias, fiquei a saber pelo Jornal que tais propostas foram apresentadas para discussão e, como não as conheço, peço aos srs. Vereadores do MPM que me digam em que reunião foram apresentadas e peço que me dêem conhecimento das mesmas;

- Questão da Privatização da Mata! Agroglobal – Projecto Nação Valente. Desde já refiro que sou contra, frontalmente contra, este projecto. E aviso já a Srª Presidente deste facto. Se for abordada por esta gente com ideias destas – transformar o Pinhal em terrenos para a agricultura de grande escala – terá nesta Vereadora uma voz forte contra qualquer solução desse tipo.”

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes, agradeceu as intervenções dos munícipes e os seus alertas, e, tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“Saudar o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira que como sempre esteve ao lado dos trabalhadores e principalmente saudar os trabalhadores da GALLOVIDRO/VIDRALA que travaram mais uma luta e mais uma vez provaram que a união faz a força e a mudança para melhores e mais juntas condições de trabalho. Parabéns pelos êxitos alcançados.

Gostaria também de assinalar o 8 de março, e saudar assim todas as mulheres, confirmar que a manifestação de 10 de março foi de facto uma grande manifestação, onde tive o privilégio de estar presente. Infelizmente ainda são necessárias manifestações para reforçar que a igualdade entre géneros está ainda na ordem do dia. As mulheres ainda são as maiores vítimas de atos de violência, alvos de tráfico, de assédio e de opressão da sua condição de mulher e Mãe nomeadamente nos locais de trabalho.

Sabemos que existem países em que estas desigualdades são gritantes e que as mulheres ainda são tratadas como objetos, como escravas, como seres inferiores...

Mas, focando a nossa atenção em Portugal, muitos direitos tem sido alcançados ao longo de décadas no entanto, as desigualdades remuneratórias a que continuam sujeitas as mulheres são notórias apesar destas terem já uma maior escolaridade e qualificação do que os homens. Somos ainda discriminadas por sermos simplesmente mulheres! A remuneração média das mulheres em Portugal continua a ser inferior à dos homens! Por exemplo quando falamos de profissionais não qualificados temos ganho médios de 734 € para homens enquanto as mulheres recebem em média 638€ - verificamos uma diferença de praticamente 100 €. Se por outro lado observarmos os salários de quadro superiores enquanto um homem consegue atingir os 1851€ de remuneração média mensal, para a mesma categoria a média para o sexo feminino fica em 1542€ apresentando uma diferença de mais de 300 euros!

Por estas e outras diferenças, porque defendo direitos de igualdade de género saúdo a ainda muito atual luta das mulheres! Saúdo o 8 de março enaltecendo as mulheres de todo o mundo que também no passado lutaram por nós! "

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e, tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“5. Hoje, dia de S. José, Dia do Pai, felicito todos os pais.

6. Felicito o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente por se ter sagrado Campeão Nacional Indoor no escalão de Iniciados Femininos. No mesmo campeonato a Edna Correia foi vice-campeã Nacional em Iniciados, a Beatrice Constantin foi medalha de bronze em seniores e o Henrique Borda D’Agua foi vice-campeão nacional de seniores.

7. Felicito o jovem David Pereira, do Clube de Atletismo da Marinha Grande, por ter estabelecido o recorde distrital de lançamento de peso de iniciados, em pista coberta.

8. Felicito o Desportivo Náutico da Marinha Grande, pelos excelentes resultados no torneiro zonal de infantis, com realce para os nadadores Miguel Oliveira, Ariana Carapinha e Tomás Sarreira.

9. Felicito o empresário Joaquim Meneses, por ter sido escolhido para presidir à EFFRA (European Factories of the Future Research Association) – Associação Europeia de Investigação para as “fábricas do futuro”. É uma associação privada, sem fins lucrativos, que reúne mais de 150 empresas e a UE, e dinamiza o financiamento à investigação, dispondo dum fundo de 1.150 milhões de euros. Pela primeira vez é dirigida por um português.

10. A lista dos processos de obras ainda não me foi entregue, apesar do Sr. Vereador Carlos Caetano ter referido na última reunião que já estava pronta e seria entregue de imediato. Afinal continuo com razão quando afirmo que as ações não condizem com as palavras.

11. Na reunião passada aprovámos um voto de louvor às empresas PME Líder e PME Excelência. De que vale esta atribuição se quando alguma destas empresas necessita de crescer, depara-se com o papel muito pouco facilitador da Câmara. Aconteceu que uma das 23 PME empresas do nosso concelho necessitava de construir para crescer. Os prazos de aprovação do projeto da Câmara alongaram-se, a empresa teve de começar a construir, e a consequência foi uma coima de 3.000,00€.

Qual é o ânimo que estas empresas têm para criar um “ecossistema local”, quando a própria Câmara não é facilitadora, dificulta-lhes o desenvolvimento e atribui coimas e custas dos processos de contraordenação. Depois surpreendemo-nos quando, como hoje veio aqui à Câmara dizer um munícipe, que teve de sair com a sua empresa deste concelho.

12. Na passada sexta-feira, foi publicado um vídeo duma máquina da câmara a empurrar lixo para o rio Lis, perto da foz, na Praia da Vieira. A Sra. Presidente quer esclarecer o que se passou.

13. Em 14 de abril de 2016, vai para 2 anos, e no seguimento duma reunião que tive com os habitantes da Garcia, deixei em ata a lista de preocupações e sugestões, que essencialmente falava nas vias de acesso, nomeadamente da degradação da Rua Central que vai até ao Pilado e a sinalética.

Numa outra reunião informei do estado miserável, com buracos e elevações das raízes dos pinheiros, em que se encontra a Rua dos Eucaliptos, no Camarnal, sobretudo do lado do Café Ouro Verde.

Se o Sr. Vereador Carlos Caetano atendeu à minha sugestão de ler as atas do mandato anterior, com certeza já deu conta destas preocupações. Para quando as reparações destas e doutras ruas do nosso concelho?

Aproveito para questionar em que situação está a Rua da Vitória e do Sol.

14. Um munícipe veio questionar-me sobre uns terrenos que ficam por trás das casas do lado poente da Rua Manuel Francisco, na Boavista, que estão cheios de silvas, sem limpeza, com cobras, ratos e fezes de cães. A dúvida deste cidadão é se estes terrenos são da câmara, e para além disso se a câmara pode limpar ou mandar limpar.

15. Sobre o memorial, referi que subscrevo na generalidade o que disse a vereadora Alexandra. O processo ainda não veio à reunião de câmara, como tal ainda não proferimos qualquer deliberação. Há uma informação nos media e redes sociais que não corresponde à verdade, pois esta rubrica veio no âmbito do orçamento, e eu, bem como os restantes vereadores sem pelouros não votámos a favor.”

Em resposta às questões colocadas, a Sr.ª Presidente informou o seguinte:

- Os projetos em zona ARU são uma preocupação da Câmara, e por isso está a ser criado um gabinete para este efeito, com vista a dar apoio aos munícipes, e que se irá situar na Rua Machado Santos.
- E-mail's – tomou nota dos que foram referenciados. A preocupação do empresário da Vieira já foi reportada à APA – Agência Portuguesa do Ambiente e a Proteção Civil já foi ao local para ver o apoio que a Câmara poderia prestar, uma vez que o mar destruiu a escada de acesso.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se não é também a APA a responsável pelo POOC, uma vez que há ações nesse plano que não está a cumprir.

A **Sr.ª Presidente** informou que esses assuntos também foram levantados com o Secretário de Estado do Ambiente, e que lhe disseram que no fim de março, início de abril o Secretário de Estado viria à Marinha Grande para ver essas situações, nomeadamente a lota e o estuarino. Aguarda essa visita e depois trará aqui todas as informações.

- Referiu que a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, quando diz que é recorrente o Sr. Vereador Carlos Caetano responder aos munícipes criticando os serviços, não interpretou bem as palavras do Sr. Vereador. O que ele deu foram as explicações que tem, não colocou as culpas nos serviços. Todos têm que melhorar e por isso se têm dado passos nesse sentido, e é o que o Sr. Vereador tem andado a fazer.
- Rua Álvaro Domingues – o Sr. Vereador responderá.
- Pinhal e petição – revê-se inteiramente nesta petição e em tudo o que foi colocado nela. Ainda na semana passada aqui esteve o Grupo Parlamentar do Ambiente, a quem foi pedido que não façam aproveitamento político da questão e das eventuais culpas.

No dia 15 de março voltou a pedir informações ao ICNF, no sentido de saber quando é que os assuntos estarão resolvidos. O Presidente do ICNF respondeu que teria remetido as preocupações da CMMG para o Departamento do Centro, para dar melhores informações.

- Centro de Saúde – a Sr.ª Vereadora Alexandra referiu aquilo que está definido para a região centro. Em Diário da República foi aberto concurso para três médicos, no segundo trimestre irá abrir uma Unidade de Saúde Familiar, a criar até abril para iniciar o funcionamento em maio. Vão ser realizadas obras de cerca de 80 mil euros no Centro de Saúde de Vieira de Leiria, e na Marinha Grande o processo das obras está em curso.
- Falou com a Comissão SAP 24 horas e pediu-lhes para marcarem uma reunião com a ARS, e parece-lhe que será para o dia 2 de abril, onde estará também o Presidente do ACES.
- SAP – não tem a informação que a Sr.ª Vereadora referiu sobre a interrupção do serviço. Aquilo que sabe é que num determinado dia a médica teria adoecido, colocou um papel a informar, que foi retirado depois pelo médico que a substituiu.
- Lixo na Praia da Vieira – a máquina não é da Câmara, e já falou com o Presidente da Junta que disse que iria redigir um comunicado à população a explicar a situação. O que sabe é que se trata de um trabalho que todos os anos é feito e tem que se esperar que a areia seja retirada pela ação da água.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra referiu que aquele vídeo foi colocado por “pura maldade”, uma vez que só colocaram um pedacinho do trabalho que foi feito, que é um trabalho da Junta, em que o lixo é depositado na borda para ser lavado e retirada a areia, e depois é recolhido.

Seguidamente a Sr.^a Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte, relativamente às questões referentes às suas áreas de atuação:

- Rua Álvaro Domingues – está sistematicamente inundada. Está a ser feita uma intervenção na Rua Santa Isabel, entre a Clinigrande e a Normax e nas ruas de acesso ao Parque Municipal de Exposições, que irão ser pavimentadas, e já pediu para “encaixar” a rua nesta intervenção, caso o problema se resolva só com a pavimentação e se for uma questão de nivelamento. Se houver problemas com os pluviais terá que ser por outra empreitada.
- Falhas na iluminação pública – realizou-se hoje a primeira reunião de trabalho com os novos responsáveis da EDP, e falou-se sobre este assunto. Elencou-se uma lista de ruas para eles fazerem intervenção, irão também limpar cabos espalhados pela cidade e que já não estão ligados e vão ser substituídos cerca de 630 candeeiros de iluminação pública, para LED's. Espera que a situação comece a ser resolvida.
- Pinheiros na Escoura, em perigo de tombar – pediu à Sr.^a Vereadora para não esperar 15 dias para lhe fazer chegar a informação e que a remeta de imediato para si.
- Lista de obras para o Sr. Vereador Aurélio – informou que ela de facto está pronta, mas como se falou que o ideal seria a informação de 2013 para cá, pediu novamente a listagem com esta informação. Perguntou ao Sr. Vereador se pretende receber a informação toda junta ou se lhe pode remeter faseadamente, porque a lista não está atualizada e terá de ser feita.

A **Sr.^a Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu que não quer que este trabalho constitua motivo para atrasar os processos.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que caso os Srs. Vereadores não se importem de receber a informação aos poucos, irá então enviando à medida que forem feitos. Para já vai enviar o que existe.

A Sr.^a Presidente informou o seguinte:

- Juntas de Freguesia – relativamente aos acordos, este período de seis meses permite avaliar se se mantêm ou se se alteram de acordo com o que se pretende para o trabalho com as Juntas.
- Memorial – concorda com o que foi aqui falado. Foi posta uma verba em orçamento, o autor do projeto apresentou um projeto a elementos da Câmara e também da Assembleia Municipal, e depois de avaliado foi colocada a verba em orçamento e foi até discutido o local. Foi-se falando sobre o assunto, mas ainda não está em condições de vir à reunião de Câmara, embora não se faça “orelhas moucas” ao que a população diz.
- Agroglobal – desconhece por inteiro este assunto de privatização do Pinhal de Leiria, até porque aquilo que defende é que a mata deve ser gerida pelo ICNF, sendo portanto contra a privatização. Mas irá estar alerta para o que venha nesse sentido. Como está aqui o Observatório Local, que irá intervir naquilo que irá ser proposto para o futuro do Pinhal, também se pode fazer chegar a informação apresentada pela Sr.^a Vereadora e transmitir toda a informação que recolher, para se agir em conformidade.
- Relativamente à felicitação aos atletas e ao empresário, informou que logo que se soube foi colocado no site do Município.
- Também lamenta que o Sr. Ricardo Domingues tenha sentido a necessidade de sair do concelho, mas desconhece o que se passou.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** recordou que falta a resposta à questão dos planos para as ruas do Pilado, Garcia e dos Eucaliptos.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou o seguinte:

- Rua Manuel Francisco – não lhe parece que a Câmara tenha um terreno nessa rua;
- Rua da Vitória – o projeto está pronto e vai ser lançado o concurso.
- Rua do Sol – o projeto ainda não está pronto.
- Rua Central, na Garcia – ainda não há projeto em curso, apesar de ser uma das ruas mais urgentes para intervir.
- Rua dos Eucaliptos – vai tomar nota para ir ao local ver.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo a reunião das 16:25 horas às 16:45 horas, para intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

CÂMARA

1. Aprovação da ata n.º 5, da reunião extraordinária do dia 9 de fevereiro de 2018

195 - Presente a ata n.º 5, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de fevereiro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2. Aprovação da ata n.º 6, da reunião ordinária do dia 20 de fevereiro de 2018

Os **Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro**, solicitaram a transcrição para a ata da declaração de voto que enviaram, referente ao ponto 58 “Protocolo de parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil e da Big Band da Marinha Grande”, referindo que nessa condição aprovavam a mesma.

A **Sr.ª Presidente** referiu que embora a declaração de voto não tivesse chegado em tempo útil, iria ser, excecionalmente, transcrita para a ata.

196 - Presente a ata n.º 6, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3. Aprovação da ata n.º 7, da reunião extraordinária do dia 23 de fevereiro de 2018

197 - Presente a ata n.º 7, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 23 de fevereiro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4. Aprovação da ata n.º 8, da reunião extraordinária do dia 27 de fevereiro de 2018

198 - Presente a ata n.º 8, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

OBRAS PÚBLICAS

5. CP 05/2018 - Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita. Ratificação de despacho.

Relativamente à proposta em apreço, a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu o seguinte:

“1.º Dissemos à Sr. Presidente que, sempre que o processo é urgente e que há necessidade de aprovar erros e omissões, desde que o processo esteja instruído e fundamentado técnica, financeira e juridicamente, poderá praticar o ato e remeter todo o processo à reunião seguinte para respectiva ratificação.

2.º Não deliberámos determinar, em alternativa, que tome decisões que cabem à Câmara. Não concordámos com a delegação de competências e lembrámos a Sr.ª Presidente de que pode praticar atos sujeitos a ratificação do órgão competente nos termos da lei, sempre que haja uma urgência na decisão.

3.º É condição para a deliberação de ratificação que nos seja facultado todo o processo para que haja uma decisão consciente, isto não significa o que está escrito no despacho em apreço:

“Na reunião da Câmara Municipal, do passado dia 5 do corrente mês de março, entenderam os senhores vereadores não autorizar a delegação de competência proposta, optando em alternativa por determinar que a Presidente da Câmara tome as decisões que cabem à Câmara Municipal por despacho, comprometendo-se a aprovar a sua ratificação.”

Ora, isto significa que nós não determinámos nada, apenas lembrámos que a Sr.ª Presidente pode recorrer a uma faculdade que a lei lhe confere. Tão-somente isto.

4.º Sempre que há alteração do preço base, também aqui acordámos que deverá fazer um contacto prévio para recolher o nosso parecer antes de praticar o ato.

Pelo exposto, dou nota de que não concordo com a seguinte expressão que consta no despacho: (...) **“optando em alternativa por determinar que a Presidente da Câmara tome as decisões que cabem à Câmara Municipal por despacho, comprometendo-se a aprovar a sua ratificação.”**

A Sr.ª **Presidente** referiu que enquanto não for delegada a competência ela é da Câmara, e que aquilo que tinha pedido à Câmara era a delegação desta competência. De seguida explicou a razão de ser deste pedido, que não foi atendido, daí esta redação.

A Sr.ª **Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que ratifica o despacho, mas só não simpatiza com o 2.º parágrafo do mesmo e com a palavra “determinar”, porque a Sr.ª Presidente pode praticar os atos sem que os Vereadores determinem o que quer que seja.

A Sr.ª **Vereadora Alexandra Dengucho** disse que concorda com a redação.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

199 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Despacho n.º 59/2018, de 8 de março, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:

Tendo em conta o novo regime legal em matéria de apreciação e decisão de listas de erros e omissões na fase de formação do contrato, constante do artigo 50.º, do Código dos Contratos Públicos, no qual não está já prevista a suspensão do prazo para a apresentação de propostas, foi agendada para a reunião da Câmara Municipal, uma proposta de deliberação em que se delegava na Presidente da Câmara, nos termos legalmente admissíveis, a competência, restrita ao procedimento identificado em epígrafe, para apreciar e decidir as listas de erros e omissões e, se for o caso, para alterar o preço base e prorrogar o prazo para apresentação das propostas, incluindo a aprovação do mapa de quantidades final e a aprovação e junção de novas peças ao projeto de execução.

Na reunião da Câmara Municipal, do passado dia 5 do corrente mês de março, entenderam os senhores vereadores não autorizar a delegação de competência proposta, optando em alternativa por determinar que a Presidente da Câmara tome as decisões que cabem à Câmara Municipal por despacho, comprometendo-se a aprovar a sua ratificação.

Presente informação da DOT, com referência MA-3.2018, de 8 de março, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas e se aceitam alguns dos erros e omissões identificados pelos interessados e se propõe a aprovação de um novo mapa de quantidades final, a alteração do preço base, a aprovação

de novas peças desenhadas a aditar ao projeto de execução e a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões e que a ausência de resposta implica a sua rejeição;

Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;

Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;

Considerando que a alteração do preço base, em consequência da aceitação de erros e omissões, constitui a alteração de um aspeto fundamental do caderno de encargos, o que motiva a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas em período idêntico ao já decorrido;

Considerando que a presente obra deve ser executada integralmente no ano de 2018 e que a sua realização é urgente em função dos propósitos constantes da respetiva memória descritiva;

Decido, de acordo com os artigos 50.º e 64.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

A) Aprovar os erros e omissões identificados na informação técnica acima identificada e rejeitar os demais;

B) Alterar o preço base para 402.595,47 euros (quatrocentos e dois mil, quinhentos e noventa e cinco euros e quarenta e sete centavos), a que acresce IVA à taxa legal;

C) Aprovar o mapa de quantidades final;

D) Aprovar e aditar ao projeto de execução as peças desenhadas enunciadas na informação técnica;

E) Prorrogar por quinze dias o prazo fixado para a apresentação das propostas;

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

6.a CP 06/2018 - Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria. Ratificação de despacho n.º 63/2018

Relativamente à proposta em apreço, a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu o seguinte:

“1.º Dissemos à Sr. Presidente que, sempre que o processo é urgente e que há necessidade de aprovar erros e omissões, desde que o processo esteja instruído e fundamentado técnica, financeira e juridicamente, poderá praticar o ato e remeter todo o processo à reunião seguinte para respetiva ratificação.

2.º Não deliberámos determinar, em alternativa, que tome decisões que cabem à Câmara. Não concordámos com a delegação de competências e lembrámos a Sr.ª Presidente de que pode praticar atos sujeitos a ratificação do órgão competente nos termos da lei, sempre que haja uma urgência na decisão.

3.º É condição para a deliberação de ratificação que nos seja facultado todo o processo para que haja uma decisão consciente, isto não significa o que está escrito no despacho em apreço:

“Na reunião da Câmara Municipal, do passado dia 5 do corrente mês de março, entenderam os senhores vereadores não autorizar a delegação de competência proposta, optando em alternativa por determinar que a Presidente da Câmara tome as decisões que cabem à Câmara Municipal por despacho, comprometendo-se a aprovar a sua ratificação.”

Ora, isto significa que nós não determinámos nada, apenas lembrámos que a Sr.ª Presidente pode recorrer a uma faculdade que a lei lhe confere. Tão-somente isto.

4.º Sempre que há alteração do preço base, também aqui acordámos que deverá fazer um contacto prévio para recolher o nosso parecer antes de praticar o ato.

Pelo exposto, dou nota de que não concordo com a seguinte expressão que consta no despacho: (...) **“optando em alternativa por determinar que a Presidente da Câmara tome as decisões que cabem à Câmara Municipal por despacho, comprometendo-se a aprovar a sua ratificação.”**

A Sr.ª **Presidente** referiu que enquanto não for delegada a competência ela é da Câmara, e que aquilo que tinha pedido à Câmara era a delegação desta competência. De seguida explicou a razão de ser deste pedido, que não foi atendido, daí esta redação.

A Sr.ª **Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que ratifica o despacho, mas só não simpatiza com o 2.º parágrafo do mesmo e com a palavra “determinar”, porque a Sr.ª Presidente pode praticar os atos sem que os Vereadores determinem o que quer que seja.

A Sr.ª **Vereadora Alexandra Dengucho** disse que concorda com a redação.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

200 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Despacho n.º 63/2018, de 8 de março, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:

Tendo em conta o novo regime legal em matéria de apreciação e decisão de listas de erros e omissões na fase de formação do contrato, constante do artigo 50.º, do Código dos Contratos Públicos, no qual não está já prevista a suspensão do prazo para a apresentação de propostas, foi agendada para a reunião da Câmara Municipal, uma proposta de deliberação em que se delegava na Presidente da Câmara, nos termos legalmente admissíveis, a competência, restrita ao procedimento CP 05/2018, para apreciar e decidir as listas de erros e omissões e, se for o caso, para alterar o preço base e prorrogar o prazo para apresentação das propostas, incluindo a aprovação do mapa de quantidades final e a aprovação e junção de novas peças ao projeto de execução.

Na reunião da Câmara Municipal, do passado dia 5 do corrente mês de março, entenderam os senhores vereadores não autorizar a delegação de competência proposta, optando em alternativa por determinar que a Presidente da Câmara tome as decisões que cabem à Câmara Municipal por despacho, comprometendo-se a aprovar a sua ratificação, estendendo esta solução a outros procedimentos, desde que precedida de contacto telefónico prévio com cada um dos vereadores.

Presente informação da DOT, com referência MF-11-2018, de 6 de março, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas

e se aceitam alguns dos erros e omissões identificados pelos interessados e se propõe a aprovação de um novo mapa de quantidades final.

Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões e que a ausência de resposta implica a sua rejeição;

Tendo em conta que a apresentação de listas de erros e omissões pelos interessados constitui um dever e representa uma forma de participação na definição objetiva e rigorosa dos termos do projeto de execução e da sua conformidade com a obra a realizar;

Atendendo a que estas listas têm ainda um propósito de controlo de custos prevenindo eventuais acréscimos futuros de trabalhos na execução da obra;

Considerando que a presente obra deve ser executada integralmente no ano de 2018 e que a sua realização é urgente em função dos propósitos constantes da respetiva memória descritiva;

Decido, de acordo com o artigo 50.º, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

A) Aprovar os erros e omissões identificados na informação técnica acima identificada e rejeitar os demais;

B) Aprovar o mapa de quantidades final;

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

6.b CP 06/2018 - Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria. Ratificação de despacho n.º 73/2018.

201 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Despacho n.º 73/2018, de 15 de março, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:

No âmbito do procedimento de concurso público n.º 06/2018, decorreu o prazo fixado para apresentação de listas de erros e omissões, quer foram apreciados e respondidos no prazo legal. Em consequência foi aditado um novo artigo relativo à solução a executar para o remate inferior das caixilharias nos vãos com peitoril e alterada a descrição de três outros artigos. Estas alterações não implicaram qualquer modificação do preço base ou do prazo de execução, dado o seu caráter residual no cômputo da obra a concurso.

O n.º 2, do artigo 64.º, do Código dos Contratos Públicos, determina que a aceitação de erros e de omissões das peças do procedimento que impliquem alterações de aspetos fundamentais dessas peças implica a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.

O aditamento de um artigo e a retificação da descrição de três artigos já existentes não pode, em qualquer cenário, ser considerado como um aspeto fundamental. Aliás, o preenchimento deste conceito depende precisamente da alteração do preço base, do prazo de execução da obra ou da inclusão em volume significativo de trabalhos omissos ou erradamente caracterizados no projeto de execução ou na inclusão de novas peças desenhadas relativas a aspetos essenciais do projeto.

No presente caso, não ocorreu nenhuma dessas hipóteses, pelo que a situação descrita não implica a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Em 6 de março corrente, um interessado solicitou a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, alegando que se trata de “uma intervenção de caráter muito específico” e “que o controlo do orçamento para a obra deve ser o mais rigoroso, completo e detalhado possível, no sentido de precaver os riscos e inconformidades e assegurar uma correta compatibilização entre o projeto e o edifício existente”.

Em 13 de março corrente, outro interessado solicitou igualmente a prorrogação do prazo referido, alegando que a alteração do mapa de quantidades é um aspeto fundamental das peças do procedimento que determinaria essa dilatação e que “ainda se encontra a procurar no mercado a solução que responda de forma mais adequada às necessidades manifestadas”, acrescentando que tem tido dificuldades na “obtenção em tempo útil de soluções que venham ao encontro do que é especificado nas peças concursais”.

Considerando que não existem fundamentos pertinentes para a prorrogação do prazo de apresentação de propostas;

Tendo em conta que o prazo inicialmente concedido já é superior em sete dias ao prazo mínimo legal;

Atendendo a que não existem obstáculos à adequada avaliação do projeto de execução e à preparação atempada da respetiva proposta, no prazo fixado de 21 dias;

Considerando que a presente obra deve ser executada integralmente no ano de 2018 e que a sua realização é urgente em função dos propósitos constantes da respetiva memória descritiva;

Decido, de acordo com o artigo 64.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, indefiro os pedidos de prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

7. Requalificação da EB Guilherme Stephens – Concurso Público N.º 16/2017 - Aprovação de trabalhos de suprimento de omissões.

202 - Presente informação com referência MO/05/17001, de 08 de fevereiro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de omissões a preços acordados, no âmbito da empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens”, no valor de 3.909,00€ (três mil, novecentos e nove euros).

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376.º, 377.º e 378.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens”, em que é cocontratante a empresa Valeixa - Construção Civil, Ld.ª, delibera aprovar:

- a) trabalhos de suprimento de omissões, a preços acordados , no valor total de 3.909,00€ (três mil, novecentos e nove euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) a fixação do prazo de execução em sete dias e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. “Instalação de creche para 84 crianças no edifício da Ivima – Concurso Público n.º 17/2017” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

203 - Presente Plano de Segurança e Saúde apresentado pela firma adjudicatária “Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, L.da” para a execução da obra em epígrafe.

Assim, apreciado o pedido e tendo em conta que o Plano de Segurança e Saúde ora apresentado obedece na generalidade à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, a Câmara Municipal delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “*INSTALAÇÃO DE CRECHE PARA 84 CRIANÇAS NO EDIFÍCIO DA IVIMA*”, ao abrigo do disposto no art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

9. 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 - Ratificação do Despacho n.º 64/2018

204 - Presente o despacho n.º 64/2018, datado de 08/03/2018, da Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

“Considerando o meu Despacho n.º 59/2018 datado de 8 de março, relativo ao procedimento de “Concurso Público n.º 05/2018 – Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita. Aceitação de erros e omissões. Aprovação de mapa de quantidades final e de novas peças desenhadas. Prorrogação de prazo.”, importa proceder à 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, para efeitos de enquadramento orçamental do novo preço base do procedimento, cujos mapas constam da documentação anexa.

Assim sendo, aprovo a **5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018**, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituída pelas seguintes alterações e atentos mapas em anexo:

4ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018, no valor de 8.680,00 euros nos reforços e de 8.680,00 euros nas anulações;

4ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2018, no valor de 8.680,00 euros nos reforços e de 8.680,00 euros nas anulações.

Mais determino, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35.º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que desta decisão seja dado conhecimento à Câmara Municipal na próxima reunião de câmara para efeitos de ratificação presente despacho.”

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho nº 64/2018 de 8 de março de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. 6.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018

Os **Srs. Vereadores** colocaram algumas questões sobre as verbas da Modificação, que foram respondidas pela **Sr.ª Presidente e pelos Srs. Vereadores** do respetivo pelouro.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

205 - Presente proposta da 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018 no valor de 183.823,20 euros nos reforços e de 183.823,20 euros nas anulações;

5.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018 no valor de 10.600,00 euros nos reforços e de 10.600,00 euros nas anulações;

4.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2018 no valor de 190.604,20 euros nos reforços e de 190.604,20 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. Resumo de Tesouraria

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia treze de março de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.366.359,40 €** (treze milhões, trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e nove euros e quarenta centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

12. Autorização para pagamento de taxas em prestações

206 - Presentes os requerimentos:

- registo de entrada E/1517/2018 em que de Cândido dos Santos Mendes, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 207 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/1876/2018 em que de Maria Madalena Ferreira Bernardes, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1080 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/2181/2018 em que de Carlos José Fonseca Dias, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 606 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 4 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presentes as informações nº 2/LS e 3/LS de 02 de março de 2018 e a informação nº 4/LS de 06 de março de 2018, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhados dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Cândido dos Santos Mendes, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 207 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais, a Maria Madalena Ferreira Bernardes, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1080 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais e a Carlos José Fonseca Dias, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 606 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 4 prestações mensais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, proferiram a seguinte declaração de voto:

“As vereadoras do PCP, Alexandra Dengucho e Lara Lino declaram votar favoravelmente a autorização para pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua em 8 prestações mensais no entanto entendem apresentar os seguintes considerandos:

- Desde há vários anos que o PCP tem vindo a propor a revisão em baixa da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não concordando com os valores praticados atualmente.*
- Neste ponto em concreto, a taxa para a concessão da sepultura perpétua sofreu um aumento de cerca de 330%, passando de 300€ para 1000€, considera-se este aumento completamente abrupto e inadequado.*

- *É evidente o esforço que este aumento obriga às famílias, que se confirma pelos sucessivos pedidos de pagamento em prestações.*

Esta é uma decisão de carácter social, que deve ser revista com a máxima urgência, ajustada às condições de vida da população de Marinha Grande pelo que se propõe a revisão em baixa das Taxas Municipais.

Marinha Grande, 19 de março de 2018

*As vereadoras do PCP
Alexandra Dengucho
Lara Lino”*

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

13. Req.º nº 350/18, datado de 20/02/2018 - Proc.º nº 523/16, datado de 27/12/2016 - Flávio Filipe Santos Silva e Nilza Francisca Rodrigues dos Santos Silva

207 - Presente pedido com o registo nº 350/18, datado de 20/02/2018, relativo a licenciamento de um edifício destinado a comércio e serviços (estabelecimento de bebidas), no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 14917 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 10974, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 523/16, com data de entrada de 27/12/2016, apresentado por **Flávio Filipe Santos Silva**, com o NIF 237 938 030, e por **Nilza Francisca Rodrigues dos Santos Silva**, ambos residentes na Rua Vale da Ribeira, nº 30, Pêro Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente informação técnica, datada de 01/03/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao licenciamento de um edifício destinado a comércio e serviços (estabelecimento de bebidas), no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 14917 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 10974, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 523/16, com data de entrada de 27/12/2016, apresentado por **Flávio Filipe Santos Silva**, com o NIF 237 938 030, e por **Nilza Francisca Rodrigues dos Santos Silva**, ambos residentes na Rua Vale da Ribeira, nº 30, Pêro Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que o licenciamento do presente processo se encontra condicionado à apresentação, nos termos do disposto no artigo 4º do mesmo articulado legal, no prazo de seis meses a contar da presente deliberação, dos seguintes elementos:

1.- Projetos de especialidade aplicáveis;

2.- Planta de implantação retificada que contemple a criação, ao longo da margem do arruamento, de uma berma ou valeta com 2,0 m de largura, em calçada de granito com dimensões de 0,10mx0,10mx0,10m, após execução de uma base em tout-venant com uma espessura mínima de 0,30m, devendo a berma ser executada de modo a fazer uma valeta suave com um fio de água ao meio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Req.º nº 420/18, datado de 01/03/2018 - Proc.º nº 241/16, datado de 22/06/2016 - HABIVERÍSSIMO - Imobiliária e Construção, Lda.

208 - Presente pedido com o registo n.º 420/18, datado de 01/03/2018, relativo a **licenciamento de construção de edifício destinado a armazém**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13839, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 241/16, com data de entrada de 22/06/2016, apresentado por **HABIVERÍSSIMO - Imobiliária e Construção, Lda.**, com o NIPC 504 627 694, com sede na rua da Escola, n.º 66, Eira Velha, freguesia de Colmeias e Memória e concelho de Leiria, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presentes pareceres favoráveis da Agência Portuguesa do Ambiente e da Infraestruturas de Portugal;

Presente informação técnica, datada de 12/03/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao processo de licenciamento de construção de edifício destinado a armazém, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13839, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 241/16, com data de entrada de 22/06/2016, apresentado por **HABIVERÍSSIMO - Imobiliária e Construção, Lda**, com o NIPC 504 627 694, com sede na rua da Escola, n.º 66, Eira Velha, freguesia de Colmeias e Memória e concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente que o licenciamento do presente processo se encontra condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Req.º nº 358/18, datado de 21/02/2018 - Proc.º nº 17/17, datado de 19/01/2017 - ICEBEL - Comércio de Máquinas e Desenvolvimento Industrial Lda.

209 - Presente pedido com o registo n.º 358/18, datado de 21/02/2018, relativo a **alterações a realizar em obra**, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83º do Regime Jurídico da

Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a decorrer no prédio localizado na rua 1º de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11152 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16298, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 17/17, com data de entrada de 19/01/2017, apresentado por **ICEBEL - Comércio de Máquinas e Desenvolvimento Industrial Lda.**, com o NIF 501 735 283, com sede na rua 1º de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o alvará de licença de construção n.º 43/17, de 27/06/2017, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;
Presente informação técnica, datada de 13/03/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado, relativo às alterações em obra pretendidas, em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a alterações a realizar em obra, apresentado ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a decorrer no prédio localizado na rua 1º de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11152 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16298, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 17/17, com data de entrada de 19/01/2017, apresentado por ICEBEL - Comércio de Máquinas e Desenvolvimento Industrial Lda., com o NIF 501 735 283, com sede na rua 1º de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o alvará de licença de construção n.º 43/17, de 27/06/2017.

Delibera igualmente informar que o licenciamento das alterações pretendidas fica condicionado, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE, à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, das alterações aplicáveis aos projetos de especialidade constantes no processo de licenciamento inicial, aprovado em reunião de Câmara de 22/05/2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Req. N. 378/18, datado de 23/02/2018 – PC N.º 62/18, datado de 23/02/2018 – Etelvina Mouco Denis Gomes Fonte

210 - Presente pedido com o registo n.º 378/18, datado de 23/02/2018, relativo a **legalização e ampliação de estabelecimento de restauração e bebidas integrado em apoio de praia**, no prédio localizado no Domínio Hídrico Público, com as coordenadas geográficas de longitude -8.97238 e latitude 39.87457, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 62/18, com data de entrada de 23/02/2018, apresentado por **Etelvina Mouco Denis Gomes Fonte**, com o NIF 149 114 435, residente na rua António Vitorino, n.º 13, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente parecer favorável emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente, com a referência S005585-201801-ARHCTR.DRHL, atestando o enquadramento da proposta no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas (RGPM), integrado no Programa da Orla Costeira (POC) Ovar-Marinha Grande, aprovado por resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto;

Presente informação técnica, datada de 12/03/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de legalização e ampliação de estabelecimento de restauração e bebidas integrado em apoio de praia, no prédio localizado no Domínio Hídrico Público, com as coordenadas geográficas de longitude - 8.97238 e latitude 39.87457, na praia da localidade de Praia da Vieira, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 62/18, com data de entrada de 23/02/2018, apresentado por Etelvina Mouco Denis Gomes Fonte, com o NIF 149 114 435, residente na rua António Vitorino, n.º 13, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar que o licenciamento da presente operação urbanística se encontra condicionada à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos de especialidade aplicáveis, devidamente elaborados e instruídos, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Delibera, igualmente, informar o seguinte:

- 1.- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**
- 2.- De acordo com o disposto no artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Req. N. 2160/17, datado de 19/12/2017 – PC N.º 562/17, datado de 19/12/2017 – VIDREXPORT Produção de Vidro Lda

211 - Presente pedido com o registo n.º 2160/17, datado de 19/12/2017, relativo a **legalização de alterações e licenciamento de ampliação de um edifício destinado a indústria**, sito na rua da Alemanha, Lote 4, Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8340 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14956, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 562/17, com data de entrada de 19/12/2017, apresentado por **VIDREXPORT Produção de Vidro Lda.**, com o NIPC 503 491 713, com sede na rua da Alemanha, Lote 4, Zona Industrial Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do respetivo projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 9/03/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao processo de licenciamento relativo a legalização de alterações e licenciamento de ampliação de um edifício destinado a indústria, sito na rua da Alemanha, Lote 4, Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8340 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14956, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 562/17, com data de entrada de 19/12/2017, apresentado por VIDREXPORT Produção de Vidro Lda, com o NIPC 503 491 713, com sede na rua da Alemanha, Lote 4, Zona Industrial Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que o licenciamento da presente operação urbanística se encontra condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, dos projetos de especialidade aplicáveis, devidamente elaborados e instruídos, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Req.º nº 228/18, datado de 07/02/2018 - Proc.º n.º 440/17, datado de 28/09/2017 - Maria Delfina Pereira Natário Farto

212 - Presentes processo camarário n.º 440/17, registado em 2017/09/28, referente ao pedido de **licenciamento de obra de demolição e licenciamento de obra de construção de moradia e construção de muros de vedação** no prédio urbano situado na Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 3152 e n.º 3252, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7871, apresentado por **Maria Delfina Pereira Natário Farto**, com o NIF 115411704, residente na Travessa dos Vidreiros n.º 17, Vieira de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2018/01/26.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/03/01, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de demolição e licenciamento de obra de construção de moradia e construção de muros de vedação, constante do processo camarário n.º 440/17, a levar a efeito no prédio urbano situado na Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 3152 e n.º 3252, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7871, apresentado por Maria Delfina Pereira Natário Farto, com o NIF 115411704, residente na Travessa dos Vidreiros n.º 17, Vieira de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2018/01/26.

- Informar que mantém-se a decisão de aceitação da cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 37,80 m2, situada em parte da frente do prédio confinante com a Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação Arranjos Exteriores”, Desenho n.º 01.1, entregue a coberto do Requerimento n.º 1950/17, registado em 2017/11/15, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada, de acordo com a deliberação de Câmara Municipal de 2018/01/26, que aprovou o projeto de arquitetura.

- Informar ainda a requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

4- Deverá solicitar aos serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de água e rede de drenagem predial de águas residuais domésticas e pluviais, às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem residuais domésticas e pluviais existentes na rua Professor Gilberto Correia, após aprovação do projeto.

5- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

6- Concluída a obra devem entregar na câmara municipal o livro de obra e fichas de triagem de RCD.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 365/18, datado de 21/02/2018 - Proc.º nº 281/17, datado de 05/07/2017 - DUMARGEST - Sociedade Imobiliária, Lda.

213 - Presente requerimento nº 365/18, datado de 2018/02/21, constante do processo camarário nº 281/17, subscrito por **DUMARGEST - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.**, com o NIPC 514091924, com sede em Estrada das Figueiras, nº 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento das alterações a levar a efeito na obra de **“Ampliação de moradia unifamiliar e legalização de anexo e muro”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua 25 de Abril, nº 32, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o nº 2278 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo nº 2340, para a qual foi emitido o Alvará de Obras de Ampliação, Alteração e Legalização nº 78/17, datado de 2017/10/11, válido até 2018/04/10.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/02/26 e 2018/03/05, referentes, respetivamente, aos projetos de alterações aos projetos de arquitetura e das especialidades.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – o pedido de licenciamento das alterações à obra de **“Ampliação de moradia unifamiliar e legalização de anexo e muro”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua 25 de Abril, nº 32, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o nº 2278 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo nº 2340, para a qual foi emitido o Alvará de Obras de Ampliação, Alteração e Legalização nº 78/17, datado de 2017/10/11, válido até 2018/04/10, com o número de processo 281/17, com data de entrada em 2017/07/05, apresentado por **DUMARGEST - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.**, com o NIPC 514091924, com sede em estrada das Figueiras, nº 25, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar a sociedade requerente do seguinte:

Deverá requerer o averbamento das alterações, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 7 do artigo 27.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, apresentando, para o efeito, o original do Alvará de Obras de Ampliação, Alteração e Legalização nº 78/17.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 355/18, datado de 20/02/2018 - Proc.º nº 153/15, datado de 07/05/2015 - Anabela Pereira Coelho

214 - Presente pedido com o registo n.º 355/18, datado de 20/02/2018, relativo a **alterações a realizar em obra**, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a decorrer no prédio localizado na rua Pires de Campos, n.º 84 e 86, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 712 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5632-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, referente ao processo de licenciamento n.º 153/15, com data de entrada de 10/04/2015, apresentado por **Anabela Pereira Coelho**, com o NIF 186 471 122, residente na rua 25 de abril, Loja 1-B, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o alvará de licença especial para conclusão da obra n.º 42/17, de 28/06/2017; Presente informação técnica, datada de 28/02/2018, que atesta encontrar-se o processo de alterações em obra apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a realizar em obra, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a decorrer no prédio localizado na rua Pires de Campos, n.º 84 e 86, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 712 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5632-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, referente ao processo de licenciamento n.º 153/15, com data de entrada de 10/04/2015, apresentado por Anabela Pereira Coelho, com o NIF 186 471 122, residente na rua 25 de abril, Loja 1-B, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o alvará de licença especial para conclusão da obra n.º 42/17, de 28/06/2017.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer a alteração ao alvará de licença especial para conclusão da obra n.º 42/17, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original deste título, para que se possa proceder, nos termos do n.º 7 do mesmo articulado legal, ao respetivo aditamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 473/18, datado de 08/03/2018 - Proc.º n.º 245/17, datado de 14/06/2017 - Albertino Alves Monteiro e Maria do Carmo de Freitas Cardoso

215 - Presente processo camarário n.º 245/17, registado em 2017/06/14, referente ao **pedido de licenciamento de obras de construção de uma moradia e construção de muros de vedação**, no prédio rústico sito na Rua Álvaro Domingues, no lugar do Forno da Telha, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9031, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16487, apresentado por **Albertino Alves Monteiro**, com o NIF 105439908, e por **Maria do Carmo de Freitas Cardoso**, com o NIF 146296346, ambos com residência na Rua do Brejo, n.º 18 - R/C, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha

Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2017/07/28.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/01/09, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Presentes elementos gráficos representativos dos muros, em conformidade com o condicionalismo de aprovação do projeto de arquitetura.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e construção de muros de vedação, no prédio rústico sito na Rua Álvaro Domingues, no lugar do Forno da Telha, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 9031, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16487, apresentado por Albertino Alves Monteiro, com o NIF 105439908, e por Maria do Carmo de Freitas Cardoso, com o NIF 146296346, ambos com residência na Rua do Brejo, n.º 18 - R/C, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2017/07/28,

- Informar que mantém-se a decisão de aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 54,43 m², ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Álvaro Domingues, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Implantação*”, “*Desenho n.º 2*”, entregue a coberto do requerimento n.º 1033/17, registado em 2017/06/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar os requerentes do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a execução do passeio em blocos retangulares de betão (0,20mX0,10mX0,06m) assente em base em tout-venant com 0,15 m de espessura e lancil de betão com dimensões de 0,12m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15 m (largura de base).

4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06

de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

5- Deverá solicitar aos serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de água e rede de drenagem predial de águas residuais domésticas e pluviais, às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem residuais domésticas e pluviais existentes na rua Álvaro Domingues.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 230/18, datado de 07/02/2018 - Proc.º n.º 253/15, datado de 28/07/2015 - Tecnifreza - Indústria de Moldes, SA

216 - Presente pedido com o registo n.º 230/18, datado de 07/02/2018, apresentado por **Tecnifreza - Indústria de Moldes, SA**, com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada do Guilherme, n.º 119, Amieirinha, Marinha Grande, solicitando a aceitação, por parte do Município, da cedência de uma área de terreno de 345,8 m2, proveniente do seu prédio registado na Conservatória sob o n.º 908 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 19562, efetuada no âmbito da operação urbanística de construção de um edifício destinado a indústria, em seu nome, a que corresponde o processo de construção n.º 253/15, aprovado em reunião de Câmara realizada a 3/03/2016;

Presente informação técnica, datada de 05/03/2018, que atesta encontrar-se o pedido em condições de ser deferido;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

ACEITAR a cedência, para domínio público, destinada a arruamento, de uma área de terreno de 345,8 m2, proveniente do prédio registado na Conservatória sob o n.º 908 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 19562, titulado por Tecnifreza - Indústria de Moldes, SA, com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada do Guilherme, n.º 119, Amieirinha, Marinha Grande, efetuada no âmbito da operação urbanística de construção de um edifício destinado a indústria, em seu nome, a que corresponde o processo de construção n.º 253/15, aprovado em reunião de Câmara realizada a 3/03/2016.

Mais delibera mandar exarar a respetiva certidão de cedência.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 292/18, datado de 16/02/2018 - Proc.º n.º 415/17, datado de 14/09/2017 - Rodrigo de Sá Ferreira Neto e Nádía Filipa Martins Silva

217 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 292/18, de 16-02-2018, em nome de **Rodrigo de Sá Ferreira Neto e Nádía Filipa Martins Silva**, ambos residentes na rua da Benta, n.º 24, freguesia e concelho da Marinha Grande, na qualidade de titulares do processo de licenciamento com o n.º 415/17, respeitante à alteração, ampliação e requalificação de um edifício, destinado a habitação unifamiliar, situado na rua Marquês de Pombal, n.º 31, freguesia e concelho da Marinha Grande solicitaram, após o deferimento da sua pretensão, a **isenção do pagamento das taxas municipais devidas**, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande.

Presente informação jurídica, datada de 02-03-2018, sobre o assunto.

Considerando que :

- Os titulares do processo de licenciamento n.º 415/17, respeitante à alteração e à ampliação e requalificação de um edifício, destinado a habitação unifamiliar, situado na rua Marquês de Pombal, n.º 31, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitaram a isenção do pagamento das taxas municipais devidas, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande;
- A 22-09-2017, a Câmara Municipal deliberou aprovar o projeto de arquitetura, tendo tomado uma deliberação final a 26-01-2018, após a apresentação, por parte dos titulares do processo de licenciamento, dos respetivos projetos das especialidades;
- A alínea c) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, preceitua que a Câmara Municipal pode deliberar isentar ou reduzir até 50% as taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, quando se tratar de obras de reconstrução com ou sem preservação das fachadas, ou de obras de alteração a realizar na Área do Centro Tradicional da Marinha Grande;
- A referida norma visa atrair, para o centro da cidade, novos moradores, de modo a revitalizar o núcleo histórico da Marinha Grande;
- É importante fomentar a requalificação de edifícios existentes que, pelas suas características arquitetónicas, importa preservar;
- A referida operação urbanística de alteração, ampliação e requalificação situa-se no Centro Tradicional da Marinha Grande;
- Por esse facto, encontram-se preenchidas as condições, impostas pela referida norma, para a Câmara Municipal isentar ou reduzir as taxas municipais aplicáveis ao caso;

A Câmara Municipal delibera DEFERIR, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, o pedido apresentado por Rodrigo de Sá Ferreira Neto e Nádia Filipa Martins Silva, residentes na rua da Benta, n.º 24, freguesia e concelho da Marinha Grande, o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais devidas, pela realização da operação urbanística de alteração, ampliação e requalificação de um edifício, destinado a habitação unifamiliar, situado na rua Marquês de Pombal, n.º 31, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo processo de licenciamento tramitou sob o n.º 415/17, em nome dos referidos interessados, no valor de 561,20€ (quinhentos e sessenta e um euros e vinte cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 431/18, datado de 01/03/2018 - Proc.º nº 336/14, datado de 03/10/2014 - Cidália Liberato dos Santos e Joel António Gomes Ribeiro

218 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 431/18, datado de 01/03/2018, apresentado por **Cidália Liberato dos Santos**, com o NIF 210093463 e por **Joel António Gomes Ribeiro**, com o NIF 221400532, ambos residentes em Rua da Várzea, n.º 18-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua das Laranjeiras, Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 336/14, titulada pelo alvará de obras de construção n.º 46/15, emitido em 05/06/2015 e objeto de legalização de alterações, comunicadas no âmbito do processo camarário n.º 378/17, para o qual foi emitido o alvará de licença de legalização n.º 89/17, em 12/01/2018.

Presente parecer técnico datado de 05/03/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Laranjeiras, Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Cidália Liberato dos Santos, com o NIF 210093463 e de Joel António Gomes Ribeiro, com o NIF 221400532, ambos residentes em Rua da Várzea, n.º 18-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 394/18, datado de 27/02/2018 - Proc.º n.º 66/18, datado de 27/02/2018 - Martina Maria Greiner Achtermann e Stefanie Tewes

219 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 394/18, datado de 27/02/2018 apresentado por **Martina Maria Greiner Achtermann**, com o NIF 271197234, residente em Ertlinghauser Str. 17 34431, Marsber, República Federal da Alemanha, e por **Stefanie Tewes**, com o NIF 271197676, residente em Stehestr. 12, 59939 Olsberg, República Federal da Alemanha, representadas por Dein Advogados, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua 1, n.º 41, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito dos processos camarários n.º 1738/1982, n.º 343/1983, titulada, respetivamente, pelos alvarás de construção n.º 263, emitido em 29/03/1983, e n.º 380, emitido em 10/05/1983.

Presente parecer técnico datado de 07/03/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua 1, n.º 41, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Martina Maria Greiner Achtermann, com o NIF 271197234, residente em Ertlinghauser Str. 17 34431, Marsber, República Federal da Alemanha, e por Stefanie Tewes, com o NIF 271197676, residente em Stehestr. 12, 59939 Olsberg, República Federal da Alemanha, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 489/18, datado de 09/03/2018 - Proc.º n.º 50/17, datado de 13/02/2017 - Carlos Alberto Sobreira Nunes

220 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 489/18, datado de 09/03/2018 apresentado por **Carlos Alberto Sobreira Nunes**, com o NIF 190876808, residente em Rua Nova, n.º 9, Fonte Branca, Sertã, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Travessa dos Raposeiros, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações, titulada pelo alvará de obras de legalização e alteração n.º 66/17, emitido e, 06/09/2017.

Presente parecer técnico datado de 12/03/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Travessa dos Raposeiros, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Carlos Alberto Sobreira Nunes com o NIF 1190876808, residente em Rua Nova, n.º 9, Fonte Branca, Sertã, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 490/18, datado de 09/03/2018 - Proc.º n.º 51/17, datado de 13/02/2017 - Inácio da Conceição Sobreira Nunes

221 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 490/18, datado de 09/03/2018 apresentado por **Inácio da Conceição Sobreira Nunes**, com o NIF 176961577, residente em Rua de S. João, n.º 12, Fonte Branca, Sertã, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Travessa dos Falcões, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações, titulada pelo alvará de obras de legalização e alteração n.º 67/17, emitido e, 06/09/2017.

Presente parecer técnico datado de 12/03/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Travessa dos Falcões, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Inácio da Conceição Sobreira Nunes com o NIF 176961577, residente em Rua de S. João, n.º 12, Fonte Branca, Sertã, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto,

correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º nº 467/18, datado de 07/03/2018 - Proc.º n.º 84/18, datado de 07/03/2018 - Carlos Marques Martins

222 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 467/18, datado de 07/03/2018 apresentado por **Carlos Marques Martins**, com o NIF 127211713, residente em Rua do Pinheiro Manso, n.º 2, R/C, Moita, Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua do Pinheiro Manso, n.º 2, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1386/87, titulada pelo alvará de obras n.º 207/89, emitido em 14/02/1989 e objeto de alterações licenciadas no âmbito do processo n.º 604/91, titulada pelo alvará de licença de obras n.º 1047/91, emitido em 01/08/1991.

Presente parecer técnico datado de 12/03/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua do Pinheiro Manso, n.º 2, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de Carlos Marques Martins, com o NIF 127211713, residente em Rua do Pinheiro Manso, n.º 2, R/C, Moita, Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Req.º nº 143/18, datado de 24/01/2018 - Proc.º n.º 68/2018, datado de 24/2018 - Idalina Martins André - Cabeça de Casal da Herança

223 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 143/18, datado de 24/01/2018, apresentado por **Idalina Martins André - Cabeça de Casal da Herança**, com o NIF 741614278, representada por Lina Maria Martins Guerra Ferreira, com o NIF 187823951, residente em Rua Principal, n.º 33, Carvalhal, Aljubarrota, solicitar a emissão de certidão comprovativa de que a edificação sita na Rua da Beira Baixa, n.º 68, Trutas;
Presente informação dos serviços de fiscalização, a atestar que a informação se encontra degradada. Mas que não foi possível verificar as condições de habitabilidade sem uma avaliação mais pormenorizada;
Presente parecer técnico datado de 31/03/2017, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, tendo por base o disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

Considerando que:

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a determinação do nível de conservação de um prédio urbano ou fração autónoma é ordenada pela Câmara Municipal, oficiosamente ou a requerimento de interessado, competindo aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, por técnicos designados pela Câmara Municipal, classificar o estado de conservação do edifício;

A Câmara Municipal delibera DETERMINAR, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 1.º, no n.º 1 do art.º 2.º e nos n.º1 e n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito em Rua da Beira Baixa, n.º 68, Trutas, agendando a mesma para 28/03/2018, pelas 11:30, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Cristina Silva
Fiscal Carlos Duarte

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. E/11291/2017 - Imóvel degradado em risco de segurança - Rua das Amoreiras - S. Pedro de Moel

224 - Presente requerimento registado sob o n.º E/11291/017, de 12/12/2017, subscrito por CRISTINA MARIA ALEXANDRE NOBRE, relativa ao muro tardoz da moradia sita na Rua Adolfo Leitão, n.º 18, S. Pedro de Moel, em risco de queda eminente;
Presente informação subscrita pelos técnicos municipais que se deslocaram ao local, datada de 28/02/2018, sobre o ponto de situação do imóvel em causa;
Presente despachos da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, bem como do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a propor que a Câmara determine a execução de obras de conservação, precedidas da determinação da realização de vistoria ao imóvel;

Considerando que:

1 - Por deliberação tomada na reunião de Câmara de 20/02/2017, foi determinado notificar Adelina Maria Antunes Ferreira da Silva Roldão, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de José Manuel Roldão, proprietária do imóvel, para, no prazo de 30 dias promover as medidas adequadas a corrigir as anomalias estruturais detetadas na vistoria realizada em 23/11/2016, designadamente:

- Execução de picagem dos rebocos exteriores na totalidade da sua extensão para deteção e inventariação das patologias estruturais existentes;
- Escoramento e consolidação das paredes existentes;
- Execução do reforço dos elementos existentes com a criação de uma malha estrutural composta por elementos horizontais e verticais ou outros que permitam assegurar a coesão das diversas partes que compõem a totalidade da edificação;
- Reparação dos anexos, com especial atenção à recolha e encaminhamento das águas pluviais.

2 - A referida notificação foi promovida através do ofício S/1822/2017, de 29/05/2017;

3 - Em 03/07/2017 os técnicos municipais que integraram a Comissão de Vistorias deslocaram-se novamente ao local, tendo concluído, que a proprietária não tinha tomado quaisquer medidas, verificando ainda, conforme parecer emitido em 04/07/2017, o agravamento das condições e a necessidade imperiosa e imediata de serem tomadas com caráter de urgência, por forma a garantir a segurança de pessoas e bens na via pública, ao longo da periferia sul e poente do imóvel, as medidas necessárias para que fossem minimizados os perigos verificados, nomeadamente:

- a existência de secções de reboco com cerca de 4 a 5 cm de espessura média, em placas de dimensões consideráveis, totalmente desligadas da parede de suporte,

4 - Na sequência desta informação, foi o representante da herança notificado, através do ofício S/4091/20017, de 04/10/2017, da necessidade de promover medidas urgentes para promover o aumento da segurança de pessoas e bens, informando o mesmo das perigosidades detetadas, bem como de que qualquer ocorrência devida ao incumprimento do dever de conservação previsto no n.º 1 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 555/999, de 16 de dezembro é da inteira responsabilidade civil e criminal dos proprietários do prédio;

5 - Foram, ainda, adotadas medidas de segurança pela Câmara Municipal da Marinha Grande, através da delimitação de um perímetro de proteção com a colocação de grades e de fitas sinalizadoras;

6 - Em 26/02/2018 foi feita nova deslocação ao local pelo técnicos municipais, tendo concluído que nada tinha ainda sido reparado, verificando que, em algumas zonas, as patologias se agravaram, encontrando-se o perigo parcialmente reduzido por via da colocação de separadores de vias em betão “New Jersey”, que delimitam a área de pavimento confinante com a parede, mas que se mantém a necessidade de serem tomadas, com caráter de urgência as medidas necessárias para minimizar os riscos para a segurança de pessoas e bens na via pública;

7 - Nos termos do disposto o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a Câmara Municipal pode determinar a execução de obras necessárias à correção de más condições de segurança, ou ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a segurança das pessoas;

8 - Essa deliberação é precedida e vistória a realizar por três técnicos a nomear pela Câmara Municipal, conforme disposto no n.º 1 do art.º 90.º do RJUE;

9 - Quando o proprietário não inicial as obras que lhe sejam determinadas ou não as concluir no prazo fixado, pode a Câmara tomar posse administrativa do imóvel para execução das mesmas;

A Câmara delibera DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE NOVA VISTORIA, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, ao imóvel sito em Rua Adolfo Leitão, n.º 18 e Rua das Amoreiras (tardoz), lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança aberta por óbito de José Manuel Roldão, representada por Adelina Maria Antunes Ferreira da Silva Roldão, e por Francisco Miguel Ferreira Silva Roldão, ambos com morada em Rua Rainha Dona Luísa de Gusmão, n.º 14, 3.º esquerdo, 1600-686 Lisboa, para identificação dos atuais riscos de segurança, descrição do estado do imóvel, e das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos, conforme disposto nos números 4 e 5 do mencionado artigo 90.º, bem como a determinação do prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

DETERMINAR que a vistória seja realizada no dia 03/04/2018, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistórias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Cristina Silva
Dra Eunice Marques**

Membros suplentes:

**Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Jorge Junqueira
Engenheiro Vasco Fernandes**

NOTIFICAR os representantes da herança aberta por óbito de José Manuel Roldão, proprietária de frações do imóvel, supra identificados, bem como os reclamantes, Cristina Maria Alexandre Nobre e Jorge Miguel Alexandre Nobre, da realização da vistória, convocando-os para estarem presentes na mesma.

INFORMAR os representantes da herança aberta por óbito de José Manuel Roldão, proprietária de frações do imóvel, supra identificados, bem como os reclamantes, Cristina Maria Alexandre Nobre e Jorge Miguel Alexandre Nobre, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistória, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistória e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º nº 1915/17, datado de 09/11/2017 - Proc.º nº 92/01, datado de 31/01/2001 - URBIFIX - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias Lda.

225 - Presente requerimento n.º 1915/17, datado de 09/11/2017, apresentado por **URBIFIX - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS LDA**, com o número de identificação de pessoa coletiva 504239112, com sede na Rua Engª André Navarro, n.º 32, Loja A, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização executadas no âmbito de uma operação urbanística de loteamento urbano, a que corresponde o processo de licenciamento da operação de loteamento com o n.º 92/01 para o qual foi emitido o alvará loteamento n.º 01/2006, em 06/04/2006, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3.590 e 6.121, e inscritos na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 2.357 e 2.409 da respetiva freguesia, localizado no Lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção das obras de urbanização, nomeadamente as referentes à execução de infraestruturas viárias e espaços verdes, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 15.580,82 (quinze mil quinhentos e oitenta euros e oitenta e dois cêntimos), correspondente à caução destinada, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, a garantir a boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, prestada mediante da garantia bancária n.º 125-02-0949075, sobre o banco Millenium BPC, emitida em 20 de fevereiro de 2006 no montante inicial de 253.113,12 € € (duzentos e cinquenta e três mil cento e treze euros e doze cêntimos);

Presente relatório da Comissão de Vistorias, datado de 06 de março de 2018 referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 06 de março de 2018, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pela sociedade requerente, considerando o auto de receção definitiva, a Câmara delibera, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE:

1 - DEFERIR o pedido de receção definitiva das infraestruturas executadas no âmbito de uma operação urbanística de loteamento urbano, a que corresponde o processo de licenciamento da operação de loteamento com o n.º 92/01 para o qual foi emitido o alvará loteamento n.º 01/2006, em 06/04/2006, em nome de URBIFIX - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS LDA, com o número de identificação de pessoa coletiva 504239112, com sede na Rua Engª André Navarro, n.º 32, Loja A, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3.590 e 6.121, e inscritos na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 2.357 e 2.409 da respetiva freguesia, localizado no Lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção das obras de urbanização, nomeadamente as referentes à execução de infraestruturas viárias e espaços verdes, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto datado de 06 de março de 2018, uma vez que as mesmas se encontravam em bom estado de conservação e manutenção;

2 - MANDAR LIBERTAR o montante de 15.580,82 (quinze mil quinhentos e oitenta euros e oitenta e dois cêntimos), correspondente ao valor remanescente da caução destinada, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a garantir a boa e

regular execução das respetivas obras de urbanização, prestada mediante a Garantia Bancária 125-02-0949075, sobre o banco Millenium BPC, emitida em 20 de fevereiro de 2006 no montante inicial de 253.113,12 € € (duzentos e cinquenta e três mil cento e treze euros e doze cêntimos).

	Montante inicial	Montante já libertado	Montante a libertar
Infraestruturas viárias	127.921,21 €	115.129,09 €	12.792,12 €
Espaços verdes	27.887,00 €	25.098,30 €	2.788,70 €
Redes de Abastecimento de água e de drenagem de águas residuais	97.304,91 €	97.304,91 €	
TOTAL	253.113,12 €	237.532,30 €	15.580,82 €

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 60/18, datado de 11/01/2018 - Proc.º nº 38/2018, datado de 1/01/2018 - Márcio Leandro Franco Lavos

226 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 60/18, datado de 11-01-2018, apresentado por **Márcio Leandro Franco Lavos**, residente na rua da Charneca, Casal Novo, n.º 121, Amor, Leiria, em que é solicitado parecer favorável, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, à celebração de escritura de doação de metade do prédio rústico de que é proprietário por, do referido negócio, resultar a constituição de compropriedade sobre o referido imóvel.

Presente parecer jurídico datado de 09-03-2018, informação dos serviços de fiscalização datada de 16-01-2018 e parecer técnico de 27-02-2018, todos sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou o pedido com registo de entrada n.º 60/18, datado de 11-01-2018, apresentado por **Márcio Leandro Franco Lavos**, residente na rua da Charneca, Casal Novo, n.º 121, Amor, Leiria, em que é solicitado parecer favorável à celebração de negócio jurídico de que resulte a constituição de compropriedade sobre o prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 11246, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16533, com a área de 2129,5 m2, sito no lugar de Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como parecer jurídico, datado de 09-03-2018 e parecer técnico de 27-02-2018, ambos sobre o assunto, e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes dos referidos pareceres, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, cujo teor passa a fazer parte integrante da presente deliberação e que se anexam, delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à celebração de escritura de doação de metade do mencionado prédio, a favor de Cindy de Sousa Duarte por não se vislumbrar, na realização do referido negócio jurídico, qualquer fuga ao regime jurídico dos loteamentos urbanos, consagrado no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.

O presente parecer não pode ser invocado para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico que não a constituição da dita compropriedade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º 187/18, datado de 07/02/2018 - PC 81/2018, datado de 07/02/2018 – Cláudio Miguel Mendonça Paour

227 - Presente processo de loteamento, com o alvará n.º 08/98, cuja promotora é a Câmara Municipal, respeitante a um prédio sito em Casal d'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande.

Presente informação dos serviços de fiscalização, de 07-02-2018, dando conta que algumas infraestruturas, do referido loteamento, não se encontram executadas.

Considerando que:

- Cláudio Miguel Mendonça Paour solicitou, através do requerimento n.º 187/18, de 01-02-2018, que lhe fosse emitida certidão, comprovativa de que as obras de urbanização do loteamento promovido pela Câmara Municipal, em Casal d'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, titulado pelo alvará n.º 08/98, se encontram concluídas;
- A promotora do loteamento é a Câmara Municipal;
- De acordo com informação dos serviços de fiscalização, datada de 07-02-2018, resultante da confrontação das obras de urbanização existentes no local e planta de síntese inserta no respetivo processo de licenciamento, na presente data, os arruamentos, passeios, gares de estacionamento e espaços verdes encontram-se executados, com exceção da gare de estacionamento, passeio e espaço verde, localizados no lado oposto ao lote 14, bem como a arborização respetiva;

A Câmara Municipal ao detetar que, de acordo com a referida informação, as infraestruturas se encontram inacabadas, e que é da sua responsabilidade a conclusão das mesmas, delibera executá-las, de modo a preservar a qualidade do meio urbano e salvaguardar interesses de terceiros adquirentes de lotes de terreno.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. E/1095/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

228 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/1095/2018, datado de 30/01/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua dos Outeirinhos, Rua Ilídio Oliveira Guerra, Rua Vasco da Gama e Rua da Covina, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 16,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/02/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 02/03/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do

artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 16,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo m Rua dos Outeirinhos, Rua Ilídio Oliveira Guerra, Rua Vasco da Gama e Rua da Covina, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;**
- b) Na Rua dos Outeirinhos, apenas poderá executar trabalhos na zona de passeio, abstendo-se de execução de obras na faixa de rodagem;**
- c) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

35. Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel – Buraco no pavimento - Rua dos Bentos, Amieira/Pero Neto - Requerente: Bruno Eugénio Amaral Rocha – Apreciação – Proposta de indeferimento – Audiência prévia.

229 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 16-06-2017, do Advogado Dr. João A. Mira, em representação, sem mandato, do seu cliente, Bruno Eugénio Amaral Rocha, portador do Cartão de Cidadão n.º 12511079 0ZY4, válido até 20-09-2020, residente na Rua Central, n.º 10, Moura, 3450-384 Tresói (Mortágua), no qual descreve as circunstâncias em que ocorreu um incidente com o veículo que conduzia, no passado dia 07-06-2017, de matrícula 39-PV-60, marca BMW, na Rua dos Bentos, Amieira, em direção ao Pero Neto, instruído com cópias das declarações que prestou na GNR de Vieira de Leiria, e da fatura/recibo da reparação dos danos, no valor de 236,90€, que imputa ao Município e dos quais pretende ser ressarcido.

Presente cópia do Auto de Ocorrência n.º 114/17, da Guarda Nacional Republicana de Vieira de Leiria, que se deslocou ao local.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos sobre os factos relatados pelo requerente.

Presente Informação jurídica n.º I/606/2018-FO, de 08-03-2018, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas

públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre o eventual facto ilícito imputável ao município e o dano reclamado pelo requerente.

E se conclui ainda que para os danos alegados também concorreu o comportamento do condutor, face às condições concretas daquela via de circulação, o que daria lugar a uma repartição do dano real, em resultado do concurso de culpas, devendo atender-se ao disposto no art.º 4.º da citada Lei n.º 67/2007, relativo à culpa do lesado, pelo que se propõe o indeferimento do pedido de indemnização do requerente, Bruno Eugénio Amaral Rocha, no valor total de 236,90€.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/606/2018 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 1) e que aqui se dá para todos os legais efeitos por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente, Bruno Eugénio Amaral Rocha, bem como o seu alegado representante, Dr. João A. Mira, do presente projeto de decisão final de indeferimento do pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

AÇÃO SOCIAL

36. Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande. Início do procedimento.

Sobre este assunto registaram-se as seguintes intervenções:

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro questionou *“a razão pela qual a Sr.ª Vereadora pretende alterar o actual regulamento, qual o propósito da medida, qual a avaliação que é feita ao regulamento existente, qual o impacto manifesto do apoio concedido no concelho, isto é, qual a relação causal entre a medida e o aumento de nascimentos das crianças no concelho.”*

A Sr.ª Presidente referiu que a única razão para a alteração do regulamento se deve ao facto de o anterior ter terminado o prazo. No entanto, como se está a iniciar o processo, há abertura total para acolher os contributos de todos. De seguida traçou um breve historial da aplicação do regulamento.

Os **Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro** congratularam-se pelo facto de se ter constatado que é preciso rever o regulamento, sobre o qual foram fazendo algumas apreciações, e solicitaram *“que se fizesse um levantamento do número de crianças que nasceram no decurso do apoio prestado ao abrigo deste Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família (desde que iniciou), e a comparação com o número de crianças que nasceram nos concelhos vizinhos. Solicitamos também o número de crianças e valor do apoio prestado desde que o apoio foi concedido (preferencialmente por ano civil).”*

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** disse que também gostaria de ter esse quadro comparativo, mas não lhe parece que seja por este tipo de incentivo que as pessoas terão ou não mais filhos. Entende que as políticas a nível nacional é que deveriam mudar, dando melhores condições às famílias em termos de trabalho, salário, escolas, etc.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

230 - A Sr.^a Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta:

Considerando que o atual Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande cessou os seus efeitos em 31 de dezembro de 2017 e que este programa deve ser mantido sendo necessário proceder à elaboração de um novo regulamento.

Considerando que o início do procedimento de elaboração do referido Regulamento deve ser publicitado no sítio institucional de internet da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 98.º, do Código do Procedimento Administrativo.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal delibera ainda que os interessados dispõem do prazo de dez dias úteis, a contar da publicitação no sítio institucional de internet, para se constituírem como interessados e apresentarem os seus contributos para a modificação do referido Regulamento, através de formulário disponível para o efeito.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Habitação social - Resolução de contrato de arrendamento - Falta de uso do locado e falta de pagamento das rendas - Bairro do Camarnal Velho, casa 29, Camarnal - Maria Júlia Conceição Lisboa

231 - A Sr.^a Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presentes informações da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Área de Intervenção Social nºs. I/2065/2016, de 30-11-2016 e I/2676/2017, de 21/09-2017, nas quais relatam a situação de abandono da habitação social sita no Bairro do Camarnal Velho, Casa 29, Camarnal, pela respetiva arrendatária, Maria Júlia Conceição Lisboa, desde março de 2014, bem como a falta de pagamento de 47 meses de renda (desde aquela data), que perfaz atualmente o valor total em dívida de 942,82€, propondo aqueles serviços a resolução do contrato de arrendamento e a cobrança coerciva das rendas em atraso.

Presente parecer jurídico I/548/2018, de 28-02-2018, que aqui se dá, para todos os legais efeitos, como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 2**), que apreciou os factos e as provas produzidas e conclui estarem preenchidos os requisitos legais e regulamentares para que seja acionada a resolução do contrato de arrendamento e a posterior interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, junto do TAF-Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

A Câmara Municipal apreciou e considerando que:

1. Maria Júlia Conceição Lisboa é titular, desde 02-05-2013, de contrato de arrendamento de habitação social, sita no Bairro do Camarnal Velho, Casa 29, freguesia e concelho de Marinha Grande, por morte do seu companheiro e primitivo titular do contrato de arrendamento, Joaquim Cordeiro Ramadas, a 4 de março de 2010;
2. No final de março de 2014, por motivos de saúde, abandonou o locado para ir viver com a sua filha, na Praceta Jaime Cortesão, n.º 5, 2.º Esqº., Santarém;
3. A arrendatária não informou a Câmara Municipal desse facto nem procedeu à entrega da habitação, alegadamente por ter a intenção de regressar, após convalescença, o que não se veio a verificar;
4. Desde então, foram inúmeros os contactos efetuados com a arrendatária, via telefone, alguns deles com sucesso, no sentido de informar a mesma das consequências do abandono do locado - causa de resolução do contrato - e solicitando-lhe que procedesse à entrega do mesmo, como era seu dever;
5. As respostas obtidas da arrendatária foram sempre no sentido de confirmar que já não voltaria ao locado, que procederia à entrega do mesmo e que efetuariá o pagamento das rendas em atraso, intenções e compromissos esses que nunca se vieram a concretizar e a cumprir;
6. Em visita domiciliária efetuada em 15-09-2015, pelos serviços da DCD, à habitação arrendada, confirmou-se que não se encontrava ninguém e que a casa se encontrava fechada;
7. Em 25-09-2017 foi efetuada visita domiciliária à habitação, tendo os serviços da DCD confirmado que a mesma se encontrava «à mercê da intromissão de terceiros», por falta «da porta das traseiras que dá acesso ao exterior da habitação», alegadamente removida pela própria arrendatária, facto que deixou a habitação desprovida de segurança.
8. Enviadas duas notificações, uma em 2015 n.º S/3484/2015, de 16-09-2015 e outra em 2018 n.º S/85/2018, de 15-01-2018, para comparência nestes serviços da DCD, a fim de resolver a situação do locado e da dívida das rendas acumuladas, a arrendatária não compareceu, não obstante ter recebido as mesmas;
9. A arrendatária tem a sua residência atual na Rua Cidade de Santarém, n.º 90, Casais da Charneca, 2025-143 Alcanede, onde recebeu a última notificação que lhe foi enviada;
10. Em 22-02-2018 encontravam-se em dívida 47 meses de renda (desde abril de 2014 até esta data) no valor unitário de 20,06€ e no valor total de 942,82€;
11. O incumprimento de qualquer um dos deveres violados - dever de ocupação do locado, em permanência e dever de pagamento da renda - constitui fundamento para a resolução do contrato de arrendamento pelo Município, nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 29.º e alíneas e) e h) do n.º 1 do art.º 32.º, do Regulamento de Atribuição, de Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande,

Delibera, ao abrigo da competência conferida pelo n.º 2 do art.º 32.º do mesmo Regulamento, notificar a arrendatária, Maria Júlia Conceição Lisboa, residente na Rua Cidade de Santarém, n.º 90, Casais da Charneca, 2025-143 Alcanede, que pelas razões de facto e de direito atrás invocadas, é sua intenção exercer o direito de resolução do contrato de arrendamento celebrado com este Município, fixando-se em 30 dias o prazo para proceder à desocupação da habitação e à entrega voluntária da mesma e das respetivas chaves, a nesta Câmara Municipal.

Fica ainda notificada de que, nos termos do n.º 3 do art.º 30.º, dos nºs. 3 a 5 do art.º 32.º e dos nºs. 1 e 2 do art.º 35.º, todos do já citado Regulamento:

- a) O valor total das rendas em dívida é, na data desta deliberação, de 962,88€ (novecentos e sessenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos), correspondente a 48 meses de renda, de abril de 2014 a março de 2018, inclusive, cujo pagamento deve ser efetuado no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da notificação desta deliberação.**
- b) O direito de resolução do contrato de arrendamento não caduca mesmo que o pagamento das rendas em atraso seja efetuado no prazo fixado na alínea anterior.**
- c) A falta de pagamento das rendas em dívida, no prazo fixado, tem por consequência a interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**
- d) O incumprimento voluntário da obrigação de desocupação e entrega da habitação no supra prazo fixado, terá por consequência a tomada de posse da habitação, pelo Município, considerando-se abandonados a favor deste, quaisquer bens móveis deixados na mesma, sem direito da arrendatária a qualquer indemnização.**
- e) Ao Município assiste o direito de ser ressarcido das despesas efetuadas com a realização de obras necessárias à reposição da habitação nas condições em que se encontrava, à data da celebração do contrato, decorrentes de eventuais danos que se venham a verificar no fogo, após a resolução do contrato.**
- f) Poderá pronunciar-se, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação desta deliberação, sobre o presente projeto de decisão de resolução do contrato de arrendamento.**
- g) A decisão final de resolução do contrato de arrendamento é suscetível de impugnação perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.**

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Atribuição de arrendamento da fração correspondente ao 3.º direito do bloco 3, sito na Rua Professor Melo Vieira, Casal de Malta, à candidata Susana Margarida Caetano Dias.

232 - Presente deliberação de câmara datada de 20 de fevereiro do corrente ano, na qual foi aprovada por unanimidade a correção e respetiva aprovação da listagem definitiva de candidatos admitidos no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 19 fogos de habitação social.

Presente informação n.º 620 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 9 de março de 2018, a propor, na sequência da devida correção, o arrendamento da habitação social de tipologia T3, sita na Rua Professor Melo Vieira Bloco 3 3.º Direito à candidata mencionada em epígrafe, por motivo de desistência da candidata Svitlana Horova.

Considerando que a desistência da referida candidata leva a que o suplente imediatamente a seguir suba automaticamente na listagem definitiva;

Considerando que com a correção da listagem definitiva de candidatos admitidos no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 19 fogos de habitação social, a candidata suplente imediatamente a seguir é Susana Margarida Caetano Dias;

Considerando que estão reunidas então as condições para se avançar com a proposta de atribuição da habitação social, sita na Rua Professor Melo Vieira, bloco 3 3.º Dto, em Casal de Malta, à referida candidata e respetivo agregado familiar;

Considerando que de acordo com os rendimentos apresentados e nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, o valor da renda a aplicar será o constante no quadro seguinte:

Rua Professor Melo Vieira:

BLOCO	MORADOR	FOGO	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR
3	Susana Margarida Caetano Dias	3.º DTO	T3	4,48€

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o n.º 5 do artigo 21.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande e o artigo 21.º e n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, proceder à atribuição do arrendamento da habitação sita na Rua Professor Melo Vieira, Bloco 3, 3.º Direito à candidata admitida Susana Margarida Caetano Dias.

Mais delibera que a renda a aplicar no valor de 4,48€ (quatro euros e quarenta e oito cêntimos) entre em vigor a partir do próximo mês de abril do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Atualização bienal de rendas de habitação social para entrada em vigor a partir de maio do corrente ano.

233 - Presente informação n.º 611 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 8 de março de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à atualização bienal de rendas para entrada em vigor a partir do próximo mês de maio do corrente ano.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T = Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)"

Considerando o n.º 1 do artigo 22.º, a referida lei determina que a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada ano;

Considerando que o n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma legal estabelece que a reavaliação pelo senhorio das circunstâncias que determinam o valor da renda realiza-se, no mínimo, a cada três anos;

Considerando que em reunião de câmara datada de 28 de maio de 2015, foi aprovado por unanimidade a atualização bienal das rendas dos bairros sociais;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande determina que o montante da renda é determinado bienalmente;

Considerando, por fim os cálculos demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o n.º 1 do artigo 22.º e artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande proceder à revisão bienal das rendas dos inquilinos abaixo identificados, sendo os valores a aplicar os constantes do quadro seguinte:

Avenida da Liberdade – Bloco M

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
Maria Del Carmen Bermudez Mata	1.º Esq.º	21/04/1997	4,19€	4,29€

Rua António Lopes

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
Rui Paulo Duarte Fragata	58	22/07/2014	4,19€	4,29€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de maio do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Susana Catarina Ascenso Suordem, inquilina residente na fração correspondente ao 4.º frente direito do bloco I, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

234 - Presente informação n.º 564 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 2 de março de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)"

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à

revisão da renda de Susana Catarina A. Suordem, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENDA/17	RENDA/18
Susana Catarina A. Suordem	L	4.º Fte Dto	27/09/2017	4,21€	51,66€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de maio do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Maria José Fernandes Carvalho Teixeira, inquilina residente na Rua Júlio Braga Barros, blc 5 - 3º b, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento e composição do agregado familiar.

235 - Presente informação n.º 650 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 12 de março de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€).

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

Considerando que o n.º 2 do artº 26.º do Regulamento determina que a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do I.A.S. vigente em cada momento;

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão do valor da renda de, Maria José Fernandes Carvalho Teixeira sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLC 5

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
Mª JOSÉ FERNANDES C TEIXEIRA	B	01/03/1989	41,74€	4,29€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de abril de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

42. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Emília Maria Corado Figueiredo, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 7 - 3º esq, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.

236 - Presente informação n.º 418 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 15 de fevereiro de 2017, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:
T = taxa de esforço
RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar
I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€).

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda de, Emília Maria Corado Figueiredo sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

PRACETA DA LIBERDADE, BLC 7

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
Emília Maria Corado Figueiredo	3º Esqº	01/12/2001	61,38€	14,93€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de abril de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de Regina Ferreira Martins, inquilina residente na Praceta da Liberdade, blc 2 - r/c dtº, Casal de Malta por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.

237 - Presente informação n.º 418 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 15 de fevereiro de 2017, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€).

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda de, Regina Ferreira Martins sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

PRACETA DA LIBERDADE, BLC 7

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/18
Regina Ferreira Martins	R/C DTº	01/06/1976	4,19€	37,92€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de maio de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA

44. Ratificação do Despacho n.º 67/2018 – Cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 13 de março à Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande

238 - Presente o pedido da Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande em que esta solicitou à Câmara Municipal através de e-mail datado de 5 de março, a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens, para realização duma sessão de esclarecimento dirigida aos empresários associados subordinada ao tema: “Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)”, a realizar no dia 13.03.18 das 14h00 às 18h00.

Presente igualmente a Informação Técnica com referência I/603/2018 de 07.03 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável e à programação prevista (cfr. anexo).

Presente ainda o Despacho n.º 67/2018 da Sr.ª Presidente da Câmara no qual ficou expressa, face à impossibilidade temporal da Câmara Municipal reunir extraordinariamente, a autorização da cedência ao abrigo da alínea c) artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens, sujeita a ratificação posterior pela Câmara Municipal.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”. No caso em apreço o interesse cívico foi acautelado na medida em que através da atividade proposta, foram prosseguidos fins formativos sobre uma matéria sensível para a sociedade em termos transversais com os quais a autarquia se identifica.

Considerando ainda que a cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento uma vez que o horário da sessão não colide com a programação regular.

Considerando que, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º do de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens, a análise e emissão de parecer sobre os pedidos de utilização da Casa da Cultura é da Câmara Municipal.

Considerando que ao abrigo do artigo 14.º n.º 3 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande apenas: “As associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários”, estão isentas do pagamento de taxas, o que não é o caso presente.

Considerando que, não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal, a Sr.ª Presidente, no uso da competência prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, emitiu o despacho 67/2018 datado de 12 de março de 2018, no qual autorizou a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens à ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, no dia 13 de março de 2018, das 14h00 às 18h00, para realização da sessão de esclarecimento referida, nas seguintes condições:

- 1) A Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura, conforme previsto no artigo 33º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;
- 2) A Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia;
- 3) A Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande fica responsável pelo acolhimento dos participantes;
- 4) A Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.

O despacho prevê ainda a necessidade de ratificação na primeira reunião de Câmara realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

A Câmara apreciou o processo e delibera, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.ª da Lei 75/2013 de 12 de setembro ratificar o despacho n.º 67/2018 da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, que autorizou a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens à ACIMG - Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, para realização de uma sessão de esclarecimentos no dia 13 de março, nas seguintes condições:

- 1) A Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura, conforme previsto no artigo 33º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;**
- 2) A Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia;**
- 3) A Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande fica responsável pelo acolhimento dos participantes;**
- 4) A Direção da ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

45. Admissão de candidaturas a apoios a entidades de natureza social – Sport Operário Marinhense - Concerto comemorativo do 25 de Abril “Cantar Abril”

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

239 - Presente informação n.º 583/2018 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do Despacho n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande Dr.ª Cidália Ferreira, relativa à proposta de admissão de candidatura nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foi objeto de avaliação pela comissão de avaliação a candidatura:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/1899/2018	501417702	S.O.M.	CONCERTO COMEMORATIVO "CANTAR ABRIL!"	32,2

Considerando a pontuação obtida;

Considerando que a candidatura cumpre os requisitos previstos no regulamento;

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, em função da classificação final obtida em sede de avaliação.

A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a respetiva proposta, e delibera, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e dos n.ºs 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/1899/2018	501417702	S.O.M.	CONCERTO COMEMORATIVO "CANTAR ABRIL!"	32,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

46. Admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Associação Portuguesa de Deficientes - “Desporto para todos”

240 - Presente informação n.º I/306/2018 da DCD, datada de 02 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura a apoios a projetos de carácter desportivo, que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 8º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Anuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.8750.2017	25/09/2017	Associação Portuguesa Deficientes	501129430	Desporto para Todos	Anual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Anuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E.8750.2017	Associação Portuguesa Deficientes	Desporto para Todos	501129430	34,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

47. Admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Clube Desportivo Moitense - 68º Circuito de ciclismo da Moita

241 - Presente informação n.º I/312/2018 da DCD, datada de 02 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura a apoios a projetos de carácter desportivo, que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 9º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Anuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.9019.2017	02/10/2017	Clube Desportivo Moitense	501216049	68º Circuito Ciclismo Moita	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E.9019.2017	Clube Desportivo Moitense	68º Circuito Ciclismo Moita	501216049	33,8	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

48. Exclusão de candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande para apoio à atividade “Convívio de benjamins” – Audiência prévia

242 - Presente informação n.º I/446/2018 da DCD, datada de 19 de fevereiro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que, apreciada a referida candidatura nos termos do disposto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, esta Comissão classificou esta candidatura atribuindo-lhe a pontuação de 24 pontos.
- Que, nos termos do nº 6 do artº 13º daquele Regulamento Municipal, não é permitida a admissão de candidaturas com pontuação inferior a 25 pontos, é proposto o indeferimento da candidatura acima referida, do Clube de Atletismo da Marinha Grande;

É proposta a realização de Audiência Prévia nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código de Procedimento Administrativo, permitindo-se assim que o Clube de Atletismo da Marinha Grande possa pronunciar-se, por escrito e dizer o que se lhe oferecer no prazo de 10 dias úteis e improrrogáveis, sobre o sentido provável da decisão de indeferimento desta candidatura.

A Câmara Municipal analisou a proposta e considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, concordar com a proposta de exclusão apresentada e proceder à realização de audição prévia, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código de Procedimento Administrativo, devendo proceder-se à notificação da entidade abaixo identificada para, no prazo de 10 dias úteis, dizer o que se lhe oferecer, por escrito, sobre o sentido provável da exclusão da candidatura:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8473/2017	Clube de Atletismo da Marinha Grande	503912530	"Convívio de Benjamins"	24	Excluir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que vota favoravelmente este ponto, assim como os pontos 49 e 50, com o compromisso de as candidaturas serem reformuladas no sentido de poderem vir a ser aprovadas.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** subscreveu esta condição.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que vai reunir com as duas entidades, com esse objetivo, porque o que hoje aqui está presente é a avaliação efetuada pelos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

49. Exclusão de candidatura do Clube de Atletismo da Marinha Grande para apoio à atividade “1º Meeting de lançamentos cidade de cristal” – Audiência prévia

243 - Presente informação n.º I/447/2018 da DCD, datada de 19 de fevereiro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que, apreciada a referida candidatura nos termos do disposto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, esta Comissão classificou esta candidatura atribuindo-lhe a pontuação de 22,2 pontos.
- Que, nos termos do nº 6 do artº 13º daquele Regulamento Municipal, não é permitida a admissão de candidaturas com pontuação inferior a 25 pontos, sendo proposto o indeferimento da candidatura acima referida, do Clube de Atletismo da Marinha Grande;

É proposta a realização de Audiência Prévia nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código de Procedimento Administrativo, permitindo-se assim que o Clube de Atletismo da Marinha Grande possa pronunciar-se, por escrito e dizer o que se lhe oferecer no prazo de 10 dias úteis e improrrogáveis, sobre o sentido provável da decisão de indeferimento desta candidatura.

A Câmara Municipal analisou a proposta e considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, concordar com a proposta de exclusão apresentada e proceder à realização de audição prévia, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código de Procedimento Administrativo, devendo proceder-se à notificação da entidade abaixo identificada para, no prazo de 10 dias úteis, dizer o que se lhe oferecer, por escrito, sobre o sentido provável da exclusão da candidatura:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8475/2017	Clube de Atletismo da Marinha Grande	503912530	"1º Meeting de Lançamentos Cidade de Cristal"	22,2	Excluir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

50. Exclusão de candidatura do Grupo Desportivo Casa Águia Competição para apoio à participação em provas de pesca desportiva – Audiência prévia

244 - Presente informação n.º I/445/2018 da DCD, datada de 19 de fevereiro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que, apreciada a referida candidatura nos termos do disposto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, esta Comissão classificou esta candidatura atribuindo-lhe a pontuação de 20,6 pontos.

- Que, nos termos do nº 6 do artº 13º daquele Regulamento Municipal, não é permitida a admissão de candidaturas com pontuação inferior a 25 pontos, sendo proposto o indeferimento da candidatura acima referida, do Grupo Desportivo Casa Águia;

É proposta a realização de Audiência Prévia nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA - Código de Procedimento Administrativo, permitindo-se assim que o Grupo Desportivo Casa Águia possa pronunciar-se por escrito e dizer o que se lhe oferecer no prazo de 10 dias úteis e improrrogáveis, sobre o sentido provável da decisão de indeferimento desta candidatura.

A Câmara Municipal analisou a proposta e considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, concordar com a proposta de exclusão apresentada e proceder à realização de audição prévia, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA - Código de Procedimento Administrativo, devendo proceder-se à notificação da entidade abaixo identificada para, no prazo de 10 dias úteis, dizer o que se lhe oferecer, por escrito, sobre o sentido provável da exclusão da candidatura:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/9633/2017	Grupo Desportivo Casa Águia Competição	505233959	"Participação em Provas de Pesca Desportiva"	20,6	Excluir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

51. Autorização de cedência e utilização de veículos de transporte coletivo de passageiros do Município da Marinha Grande e respetiva comparticipação

245 - Considerando que o Regulamento Municipal de Cedência de Transportes e Utilização de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros do Município da Marinha Grande estabelece as normas a que ficam sujeitas as cedências e utilização de veículos de transporte de passageiros da Marinha Grande destinados a apoiar atividades escolares e projetos ou atividades de natureza social, cultural, recreativa e desportiva ou outra que se revistam de interesse municipal, à exceção das utilização que se enquadrem em iniciativas do Município da Marinha Grande;

Considerando que o artigo 3.º a 6.º define quais as entidades que podem beneficiar de autorização para utilização dos transportes, as condições de cedência e de utilização e os respetivos procedimentos;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 7.º a autorização de cedência e utilização de veículos de transportes coletivos de passageiros cabe à Câmara Municipal;

Considerando que, nos termos do n.º do artigo 7.º a Câmara Municipal delibera anualmente quais as entidades que se encontram autorizadas a utilizar os veículos de transportes coletivos de passageiros;

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 7.º cabe à DEDIS (a que lhe sucedeu a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento), em cumprimento do n.º 2 do artigo 7.º, efetuar a gestão dos pedidos de acordo com os artigos 3.º a 6.º;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º a percentagem de comparticipação da Câmara Municipal à entidade utilizadora do veículo de transporte coletivo de passageiros é definida pela Câmara Municipal;

Considerando que através de deliberação de Câmara de 22 de setembro de 2017 foi adjudicada à TUMG a prestação de serviços de transportes escolares e transportes de interesse municipal e relevante, no âmbito de projetos educativos, culturais, sociais e desportivos apoiados pelo Município para o ano de 2018;

Considerando as comparticipações previstas, designadamente a comparticipação a 100% para transportes de interesse municipal excecional para os Ranchos Folclóricos e a comparticipação a 50% para os transportes de interesse municipal relevante para atividades desenvolvidas por entidades do concelho (anexo 1);

Considerando que a autorização de cedência do transporte fica sujeita ao limite anual do valor definido no contrato de prestação de serviços celebrado entre a Câmara Municipal e a TUMG em anexo (3);

Considerando a listagem em anexo (2) das entidades que já requereram cedência e utilização de veículos de transportes coletivos de passageiros;

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo n.º 1 e 2 do artigo 7.º e do n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Cedência de Transportes e Utilização de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros do Município da Marinha Grande, e da alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, autorizar a cedência e a utilização de veículos de transportes coletivos de passageiros às entidades constantes na listagem em anexo (2) (Anexo 3 desta ata) e aprovar a respetiva comparticipação de 100% para transportes de interesse municipal excecional para os Ranchos Folclóricos, e a comparticipação a 50% para os transportes de interesse municipal relevante para atividades desenvolvidas pelas demais entidades autorizadas, nos termos da presente deliberação e do regulamento.

Mais delibera que qualquer associação legalmente constituída possa vir a beneficiar desta autorização sem que haja necessidade de vir a reunião de Câmara.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 18:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,